



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIAIS,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO

RAFAEL MACHADO FRANCO

ANALISE DAS POLÍTICAS ADOTADAS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO
BRASILEIRO NA DÉCADA DE 70

FORTALEZA

2014

RAFAEL MACHADO FRANCO

ANALISE DAS POLÍTICAS ADOTADAS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO
BRASILEIRO NA DÉCADA DE 70

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Economia.

Orientador: Dr. Prof. Fabio Sobral

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação
Universidade Federal do
Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e
Contabilidade

-
- F897a Franco, Rafael Machado.
Análise das políticas adotadas para o crescimento econômico brasileiro na Década de 70 /
Rafael
Machado Franco. – 2014.
95 f. : il. ; enc. ; 30 cm.
- Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Curso de Ciências
Econômicas, Fortaleza, 2014.
- Orientação: Prof. Dr. Fábio Maia Sobral.
1. Desenvolvimento econômico. 2. Inflação. 3. Política econômica. 4. Phillips, Curva de. I.
Título.

RAFAEL MACHADO FRANCO

ANALISE DAS POLÍTICAS ADOTADAS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO
BRASILEIRO NA DÉCADA DE 70

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Economia.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Prof. Fabio Maia Sobral (orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dr. Prof. Carlos Américo Leite Moreira (banca)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Júlio Ramon da Ponte (banca)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força e sabedoria para chegar até o final e nunca ter me deixado desistir da luta que é me graduar.

Agradeço aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado me dando todo o apoio moral e financeiro.

Agradeço a todos os primos que, mesmo em determinados momentos nunca deixaram de acreditar na minha capacidade de chegar até o final.

Agradeço aos professores da faculdade, que me ensinaram tudo que sabiam para formar a pessoa capacitada que sou principalmente ao professor Fabio Sobral, pois me orientou durante todo esse trabalho me dando sugestões, corrigindo meus erros e tirando todas minhas dúvidas.

RESUMO

Com base nos dados históricos, observa-se que a economia brasileira na década de 1970 adota políticas que, traçam uma economia totalmente fora da realidade das teorias macroeconômicas. Em relação aos dados analisados no período, tem-se que a economia cresceu com baixa inflação, realmente algo a ser considerado como milagre a algumas teorias da economia, pois o milagre econômico propôs elevados índices de crescimento do produto e do setor industrial como manteve controle de uma inflação desgovernada dos períodos anteriores, no entanto tudo isso se deve pelo modelo de desenvolvimento aplicado. Diante das teorias de crescimento neoclássico, a realidade brasileira nos anos 70 necessitava de poupança para crescer e atingir o novo estado estacionário. Mas de acordo com Solow, a elevação da poupança eleva capital, produto e possivelmente o consumo. Até então os conceitos estudados por Solow podem ser relacionados com os observados pela economia brasileira, pois o nível de capital e o produto da economia cresceram durante todo o período e em determinadas classes sociais, o consumo elevou-se. Por outro lado observa-se que, o estado estacionário e o crescimento de longo prazo são desprezados, pois o Brasil destaca um crescimento no curto prazo sem regredir. Assim o milagre econômico foge de algumas regras analisadas por algumas teorias econômicas, sendo assim uma forte crítica aos conceitos estudados pela atual teoria macroeconômica. O crescimento econômico traz consigo taxa de inflação, necessitando de políticas monetárias e fiscais para controlar a inflação que, pela teoria da Curva de Phillips, todas as possíveis medidas de combate à inflação atraem o desemprego. Contudo a economia cresceu, a inflação manteve controle e o emprego aumentou, provocando o trade off entre o milagre econômico e a Curva de Phillips. No entanto a concentração de renda foi a responsável por esse trade off, sendo uma das principais política analisada nos novos efeitos da economia que, apesar de bom nos contextos econômicos, observa-se que foi mal para os conceitos sociais.

Palavras-chave: Teoria neoclássica. Crescimento econômico. Inflação. Teorias macroeconômicas. Curva de Phillips. Políticas econômicas. Concentração de renda.

ABSTRACT

Based on historical data, it is observed that the Brazilian economy in the 1970s has policies that outline an economy totally unrealistic macroeconomic theories. Regarding the data analyzed in the period, up the economy has grown with low inflation, really something to be considered as a miracle to some theories of economics because the economic miracle proposed high rates of output growth and the industrial sector remained as control a runaway inflation of earlier periods, however all this is due to the development model applied. Given the neoclassical growth theory, the Brazilian reality in the 70 needed savings to grow and reach the new steady state. But according to Solow, the increase in savings raises capital, product and possibly consumption. Until then the concepts studied by Solow can be related to those observed in the Brazilian economy, as the level of capital and output of the economy grew throughout the period and in certain social classes, consumption rose. On the other side it is observed that the steady-state and long-term growth are neglected, since Brazil highlights a growth in the short term without regress. Thus the economic miracle escapes some rules analyzed by some economic theories, thus a strong critique of the concepts studied by the current macroeconomic theory. Economic growth brings inflation rate, requiring fiscal and monetary policies to curb inflation, the Phillips curve theory, all possible measures to combat inflation draw unemployment. Yet the economy grew, inflation control and employment remained increased, causing the trade off between economic miracle and the Phillips Curve. However the concentration of income was responsible for this trade off, one of the major political analyzed the effects of the new economy that, despite the good economic contexts, it is observed that it was bad for social concepts.

Keywords : Neoclassical theory. Economic growth. Inflation. Macroeconomic theories. Phillips curve. Economic policies. Income concentration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 3.1 – Função de produção <i>per capita</i>.	18
Figura 3.2 – Produto e investimento no estado estacionário	20
Figura 3.3 – Aumento da taxa de poupança desloca o estado estacionário	22
Figura 4.1 – Curva de Phillips	28
Figura 4.2 – Política fiscal	34
Figura 4.3 – Política monetária expansionista	36
Figura 4.4 – Política monetária restritiva	38
Figura 4.5 – Combinação de choques	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores Econômicos – Brasil: 1955 – 1964	50
Tabela 2 – Indicadores Econômicos Brasileiros: 1964 – 1967	60
Tabela 3 – Exportações, Importações, Saldo da Balança Comercial: 1964 – 1967	61
Tabela 4 – Dívida externa e variação de reservas: 1968 – 1973	65
Tabela 5 – Produto – taxa de crescimento e inflação(%): 1968 – 1973	67
Tabela 6 – Balança comercial: 1968 – 1973.....	70
Tabela 7 – Brasil: crescimento da produção, inflação e investimento, 1974 – 1979.....	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 TEORIA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NEOCLÁSSICO: SOLOW	14
2.1 O estado estacionário da economia neoclássica	14
2.2 O papel da poupança no crescimento econômico	16
2.3 Aplicabilidade de um modelo	19
3 TEORIA MACROECONÔMICA ATÉ QUANDO?	24
3.1 Economia monetária parte 1: teoria macroeconômica tradicional.....	25
3.2 Economia monetária parte 2: políticas de combate a inflação no modelo IS-LM ...	31
4 A HISTÓRIA DE UM MILAGRE	43
4.1 Industrializações brasileiras: uma inflação inesperada	43
4.1.1 Revolução industrial brasileira: uma economia a todo vapor	43
4.1.2 Plano de Metas inflacionado	46
4.2 Governo militar: o reajuste da economia	51
4.2.1 Solução do processo inflacionário	52
4.2.2 As reformas estruturais do PAEG	55
4.2.2.1 Reforma Fiscal	56
4.2.2.2 Reforma trabalhista	57
4.2.2.3 Reforma monetária	57
4.2.2.4 Reforma nas relações externas	58
4.2.3 Resultado das reformas: uma economia preparada.....	59
4.3 Um milagre aconteceu: a retomada do crescimento.....	62
4.3.1 Os ingredientes de um Milagre	63
4.3.2 Desempenho econômico no Milagre	67
4.4 Crescimento econômico forçado.....	71

<i>4.4.1 Crise do setor externo: fim do milagre.....</i>	<i>72</i>
<i>4.4.2 A economia do II PND.....</i>	<i>74</i>
5 ANÁLISES DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS BRASILEIRA DOS ANOS 70, CRÍTICAS AO MODELO.	78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	94

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso busca explicar as teorias econômicas do Milagre Econômico ocorrido durante a década de 1970, pois o “Milagre” mostrou que os resultados alcançados levantaram críticas as teorias econômicas tradicionais e ao modelo neoclássico de crescimento, fortalecendo o conceito de que o governo pode manipular a economia e seus resultados.

Para um melhor entendimento dos resultados efetivos do Milagre Econômico, o trabalho aborda um contexto histórico da economia brasileira, mais precisamente da história da industrialização como método de entender como se deu o Milagre e o período pós-Milagre. Portanto, torna-se necessário fazer uma abordagem do processo de desenvolvimento industrial e econômico brasileiro dos períodos, mostrando os resultados das políticas adotadas durante todo o processo.

O processo de industrialização iniciou após a crise do setor cafeeiro por volta da década de 30, a partir de então o Brasil toma a dianteira na produção industrial dando início a revolução industrial brasileira. Em meio a esse contexto histórico, a economia brasileira conhece problemas como a crise inflacionária que traça novos planos de desenvolvimento no decorrer dos anos.

O Plano de Metas se mostrou o mais eficaz plano de desenvolvimento já implantado, porém não sustentado pela economia devido os altos custos obtidos pelo crescimento alcançado. Entretanto, o modelo do Milagre busca indagar que, as políticas adotadas foram voltadas para produzir crescimento econômico no curto prazo, evitando problemas que já tinham sido observados pelos métodos antes adotados. Diante das observações analisadas, as políticas adotadas na década de 70 geram o crescimento esperado com uma inflação controlada que, diante dos resultados, um novo estudo deve ser realizado para analisar as explicações econômicas dos fatos ocorridos no período.

De acordo com o roteiro do Milagre Econômico, estudos econômicos confrontam a realidade da década de 70 com algumas teorias macroeconômicas tradicionais, mais especificamente a teoria neoclássica, Curva de Phillips e o modelo IS-LM. Apesar de algumas contradições, este trabalho também destaca algumas relações existentes com essas

teorias, através de demonstrações gráficas, pode-se observar a relação entre o Milagre e a teoria de Solow no que diz respeito à poupança, pois ambos provaram que a poupança é capaz de elevar o capital e produto da economia.

No que diz respeito ao consumo, Solow mostra que não necessariamente precisa reduzi-lo pra aumentar poupança, fato considerável e que, os relatos históricos apresentam como a economia brasileira conseguiu elevar consumo e poupança através das políticas de crescimento.

Políticas são elaboradas através dos conceitos aceitos por teorias macroeconômicas tradicionais como ferramenta de crescimento e/ou estabilização, políticas fiscais e monetárias que destacam os efeitos e consequências. Algumas dessas políticas são verificadas na economia brasileira até os anos 60, no entanto, após os anos 70 a meta do governo não correspondia por completo às experiências observadas por essas teorias.

O único trabalho do governo era reduzir a inflação para preparar o terreno, elevar poupança para crescer, quando isso ocorrer e a economia responder com crescimento, o governo adotaria políticas que mantivessem a estabilidade econômica elevando o estado de equilíbrio no curto prazo, contrariando o pensamento neoclássico de crescimento de longo prazo.

No entanto, este trabalho de conclusão de curso busca desenvolver o *trade off* entre as teorias econômicas tradicionais e os resultados das políticas adotadas no Milagre Econômico Brasileiro. Portanto, mostra que as variáveis econômicas podem ser alteradas, manipulando-as a fim de alterar o rumo da economia e, assim quem sabe reavaliar alguns conceitos das teorias já existentes.

As políticas fiscal, monetária e salarial adotadas no período do Milagre distorcem alguns modelos considerados pela economia, por exemplo, a Curva de Phillips de inflação e desemprego é descartada na economia brasileira de 70. As medidas utilizadas pelo governo para gerar o crescimento rápido com baixa inflação não são descartadas, pois segundo o pensamento econômico clássico os salários podem ser distribuídos de acordo com a qualificação e dificuldade do trabalho, reforçando o conceito de distribuição de renda sem defender a aplicabilidade do arrocho, pois o arrocho apenas foi uma maneira absurda que essa distribuição de renda foi aplicada.

O desenvolvimento deste trabalho está dividido em quatro partes, a primeira parte do trabalho destaca os conceitos baseados nos pensamentos neoclássicos de crescimento econômico que, de acordo com as teorias de Solow, determina uma fórmula de crescimento e seus riscos. Porém, o conhecimento dos riscos leva à criação de métodos que geraram fortes críticas ao modelo de crescimento no longo prazo. No entanto, são destacados neste trabalho apenas os conceitos de poupança e estado estacionário para explicar as intenções das políticas adotadas.

O principal foco deste trabalho é retratar as críticas ao modelo econômico, afirmando que as teorias tradicionais não são complexas, considerando que as mesmas não consideram todas as variáveis possíveis e, assim deixam de analisar outras situações. No entanto, para levantar as críticas, é necessário destacar o que essas teorias defendem para assim se tornar possível confrontar as ideias. Para isso a primeira e segunda partes são responsáveis para destacar o que alguns conceitos afirmam serem corretos.

Por isso, a segunda parte aborda os conceitos macroeconômicos tradicionais, destacando neste trabalho a modelagem das teorias econômicas de acordo com as ações e reações dos agentes que, através de conceitos básicos de crescimento econômico, de inflação, de políticas fiscal e monetária no modelo IS-LM e da Curva de Phillips, estudos econômicos procuram explicar o que acredita acontecer com a economia quando se decide adotar políticas expansionistas e/ou restritivas.

A terceira parte indaga os relatos históricos da economia brasileira, destacando o processo inicial de industrialização e crises no cenário econômico. Destacam os resultados benéficos, tais como crescimento do produto, produção de bens antes importados e outros, como os maléficos mostrados com o surgimento e crescimento do processo inflacionário, desestabilidade do governo e problemas sociais gerados pelas políticas adotadas.

A quarta e última parte destaca as relações detectáveis na realidade da economia brasileira e das teorias neoclássicas, comprovando que os conceitos de crescimento, as consequências, como a inflação, e o comportamento dos agentes são constatados até início do Milagre Econômico. Por outro lado este trabalho destaca que a partir da década de 1970 nem sempre as respostas esperadas pelos conceitos macroeconômicos tradicionais, abordadas nos capítulos anteriores, são as alcançadas, pois as respostas podem ser manipuladas por

pequenas alterações nas teorias, dada pela introdução de variáveis não observadas como o mercado financeiro internacional e o conceito de distribuição de renda. No entanto, essa última parte faz ênfase a fortes críticas aos modelos teóricos devido às contradições com a realidade, não deixando de comentar sobre os fatores que influenciaram essas mudanças, assim como a adoção das políticas e aceitação do uso das mesmas, fazendo a economia pensar em novos conceitos.

2 TEORIA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NEOCLÁSSICO: SOLOW

A teoria de crescimento econômico de Solow é uma teoria neoclássica que mede o crescimento no longo prazo. Segundo Dornbusch, Fischer e Startz (2009, p. 59) afirmam que “A teoria do crescimento neoclássico enfoca a acumulação de capital e sua ligação com as decisões de poupança e assuntos relacionados”.

O modelo de Solow analisa um crescimento com relação no acúmulo de poupança e estado estacionário em que, diferencia os países mais ricos dos mais pobres. Essa diferença é dada pela posição do estado estacionário de cada economia, onde alguns têm o equilíbrio elevado e outros não. A economia tende a deslocar ao longo do tempo seu estado estacionário, tornando a economia mais rica ou mais pobre do que era no período anterior.

O crescimento econômico brasileiro desde o Plano de Metas até o final da década de 1970 tendia a elevar o estado estacionário da economia para um ponto superior no curto prazo, ou seja, as políticas de crescimento durante todo o período de industrialização brasileira contradiziam a teoria neoclássica de longo prazo.

Para que um modelo de longo prazo tivesse sucesso no curto prazo foram adotadas políticas que, influenciaram a economia a crescer para um novo estado estacionário e, no novo equilíbrio as políticas reforçaram a economia a não regredir para o estado inicial.

No entanto, os principais conceitos a serem tratados do modelo de Solow relacionado à década de 70 é a contribuição da poupança no aumento do produto, e do estado estacionário da economia.

2.1 O estado estacionário da economia neoclássica

Em economia, o estado estacionário é o equilíbrio econômico onde não há alterações do produto e capital que, de acordo com Dornbusch, Fischer e Startz (2009, p. 59) “o equilíbrio de estado estacionário para a economia é a combinação do PIB *per capita* e do capital *per capita*, onde a economia permanecerá em repouso, isto é, onde as variáveis econômicas *per capita* não se alteram mais, $\Delta y = 0$ e $\Delta k = 0$ ”. Assim o estado de equilíbrio

diferencia as riquezas dos países, qualificando-os de mais pobres e mais ricos, pois através do estado estacionário pode determinar que uma economia seja mais rica do que a outra.

O estado estacionário no crescimento neoclássico mede o quanto uma economia pode crescer em equilíbrio, ou seja, manter um crescimento sustentável. Para os neoclássicos, quando uma economia cresce abaixo do equilíbrio, o país tem capacidade de crescer a uma taxa maior no período seguinte sem afetar o equilíbrio econômico. Por outro lado se a economia cresce acima do equilíbrio, o país no período seguinte cresce a uma taxa menor, salvo os casos de economias que adotem políticas que mantenha o elevado crescimento, como o Brasil no período do “Milagre”.

O estado estacionário serve como um ímã, que atrai sempre as taxas de crescimento para o ponto de equilíbrio. Isso ocorre quando a economia não se encontra em repouso, tendo crescimento baixo ou elevado no curto prazo que, na maioria das vezes força uma taxa de crescimento não sustentável.

A inflação e desequilíbrio externo são fatores que atraem a economia de volta para o ponto de equilíbrio, isso ocorre quando o país cresce acima do ponto de estado estacionário, pois, de acordo com o modelo neoclássico, como a economia não esta adaptada para um novo equilíbrio no curto prazo, a taxa de crescimento retorna para o antigo equilíbrio.

No crescimento acentuado a inflação pode ser causada por dois motivos, um pela elevação da demanda e o outro pelo aumento dos custos. Isso ocorre porque o crescimento causado pelo aumento do produto eleva a renda, assim pelo primeiro motivo as pessoas responderiam na demanda, já no segundo motivo as empresas sentiriam nos custos dos salários.

A elevação dos preços nacionais causaria inflação na economia, portanto, os preços dos produtos internos podem estar mais elevados comparados aos preços internacionais. Essa diferença nos preços incentivaria as importações no país que, causaria déficit na balança caso as exportações não crescessem a taxas superiores. No entanto, essa ameaça de uma balança deficitária causaria desequilíbrio externo.

Esses efeitos puderam ser vistos na economia brasileira, quando o governo JK estimulou alcançar o estado estacionário de 50 anos em apenas cinco, causando altas

inflações, resultando na famosa crise dos anos 60 (Tabela 1 abaixo). Outro período que marcou a regressão do estado estacionário forçado para o ponto sustentável foi o fim do Milagre com o primeiro choque do petróleo em que, a economia sofreu com a crise externa causando perdas de crescimento que, mesmo com novas políticas adotadas no II PND, o país observou seu crescimento retornando para o ponto de equilíbrio permitido para a época (Tabela 7 abaixo).

Por isso que, quando em uma economia ocorre inflação e/ou desequilíbrio externo, a taxa de crescimento diminui retornando a economia para seu estado estacionário, em que capital e produto se encontrassem em repouso novamente.

O modelo neoclássico considera que, no longo prazo as economias são capacitadas a crescer mantendo o equilíbrio, assim o estado estacionário é capaz de se deslocar para um ponto superior tornando a economia mais rica no período posterior.

2.2 O papel da poupança no crescimento econômico

A poupança tem um importante papel no crescimento econômico, pois através da poupança total que se mede o investimento da economia que, segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2007), a poupança limita o quanto a economia pode investir, assumindo a priori de que tudo que é poupado é investido, ou seja, ao determinar a taxa de poupança, conseqüentemente se determina os investimentos.

Os investimentos na teoria neoclássica dependem do crescimento populacional e da depreciação do capital, sendo que, esses investimentos são financiados pela poupança, deduzindo na seguinte identidade Macroeconômica:

$$I = S = sY \quad (1)$$

Essa identidade é determinada pelo fato da poupança (S) ser igual ao investimento (I), ou seja, a economia apenas investe tudo aquilo que ela poupou. No crescimento neoclássico, dado a quantidade da mão de obra pelo crescimento constante da população (n), a economia investe (nk) dando para cada trabalhador capital suficiente para produzir. Por

outro lado as máquinas e equipamentos se depreciam a uma taxa (d), fazendo a economia investir em (dk) para repor o capital depreciado ao longo do tempo (DORNBUSH, FISCHER e STARTZ, 2009).

Portanto, a quantidade de investimento para sustentar o capital por trabalhador na economia é dado pela soma dos investimentos com os novos trabalhadores gerados pelo crescimento populacional e, os equipamentos e maquinários depreciados ao longo do tempo.

$$nk + dk \quad (2)$$

Simplificando a expressão acima temos:

$$(n + d)k \quad (3)$$

Para obter uma determinada taxa de poupança, não necessariamente precisa reduzir o consumo, pois a poupança depende da quantidade de renda, ou seja, a poupança é função da renda, significando que a poupança é limitada pela renda das famílias, sendo que, se aumenta renda, aumenta poupança podendo aumentar consumo ou mantê-lo constante (Solow demonstra essas relações nas derivadas primeira da poupança, produto, consumo e capital). Diante dessas relações na economia neoclássica, Dornbusch, Fischer e Startz (2009) afirmam que, a poupança é uma fração (s), da renda (y), portanto a poupança *per capita* é dada por (sy).

Como a poupança é função da renda, então temos que:

$$sY = sf(Y) \quad (4)$$

O produto cresce de acordo com o crescimento do capital (Figura 3.1 abaixo), dado que, uma maior quantidade de máquinas e equipamentos por trabalhador eleva a produtividade, elevando o produto da economia, por isso o produto é função do capital, portanto, a função de produção é dada por:

$$y = f(k) \quad (5)$$

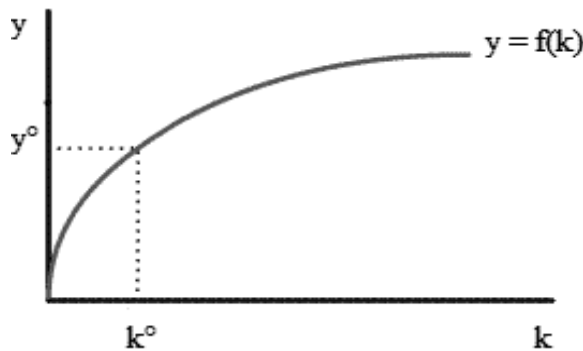


Figura 3.1 – Função de produção *per capita*.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Logo, como a renda é igual ao produto, a relação da poupança e crescimento do capital é:

$$sy = sf(k) \quad (6)$$

No entanto, a economia não pode contar apenas com a poupança dos residentes para financiar os investimentos, pois essa poupança interna nem sempre é o bastante para ser investida, por isso quando a economia não tem uma poupança interna suficiente para uma dada taxa de investimento, o país se submete ao mercado financeiro.

O motivo que leva um país a recorrer ao mercado financeiro é quando a economia pretende elevar o produto no curto prazo e, a taxa de poupança interna não mantém os investimentos necessários para o crescimento esperado. A partir daí o governo pede empréstimos como forma de elevar a poupança total da economia no curto prazo, sendo que, esses empréstimos são resultado de poupança externa que somada à interna, aumenta a poupança total da economia.

$$S(\text{total}) = S(\text{interna}) + S(\text{externa}) \quad (7)$$

O caso brasileiro pode ser exemplificado na elevação da poupança total através de financiamentos externos, pois o modelo de desenvolvimento previa um crescimento acelerado no curto prazo, necessitando de altos investimentos. Na década de 70 é mais notável a elevação da poupança total da economia, tanto por políticas internas como por empréstimos externos.

2.3 Aplicabilidade de um modelo

O modelo neoclássico de crescimento atribuído por Solow denota uma economia que cresce no longo prazo, que de acordo com Dornbusch, Fischer e Startz (2009, p. 76) afirmavam que “a teoria de crescimento neoclássica dominou o pensamento econômico por três décadas porque faz um bom trabalho ao explicar grande parte do que observamos no mundo e porque é matematicamente elegante”.

No caso brasileiro nota-se a aplicabilidade do modelo na realidade econômica da época, em que, de acordo com a teoria de Solow, o Brasil previa a necessidade de poupança para aplicar na economia como investimento em infraestrutura, capital e trabalho. No entanto, a economia tinha a experiência do crescimento elevado no curto prazo que, de acordo com o modelo, a economia não se sustentaria no novo ponto de equilíbrio.

Com relação à poupança e estado estacionário, a teoria de Solow afirma que, a elevação da poupança eleva o estado estacionário para um ponto superior, mas uma vez realizado crescimento no curto prazo, a economia se encontrará num ponto acima do estado estacionário sustentável. Portanto, ao forçar o novo equilíbrio no curto prazo a economia se moverá para o equilíbrio sustentável, em que a economia crescerá seja em taxas crescentes ou em taxas decrescentes.

Esse efeito é explicado pela relação da poupança (sy) com investimento necessário $(n + d)k$, pois quando a economia se encontra numa situação em que o investimento necessário é inferior à poupança, o capital cresce deslocando-se para a direita, até atingir o estado estacionário, onde poupança e investimento se cruzam. Quando a necessidade de investir é superior à poupança, significa dizer que, a economia se encontra

investimento, a razão capital-trabalho nem aumenta nem diminui. Atingimos o estado estacionário”.

Quando ocorre o contrário, ou seja, a necessidade de investimento é superior à poupança (qualquer ponto a direita de C), os investimentos realizados estão abaixo do investimento necessário para manter constante o capital. Nessa situação o capital desloca para a esquerda da figura 3.2 acima, ajustando a economia novamente para o ponto C de estado estacionário. Isso porque no ponto C a economia se encontra em equilíbrio, mantendo o capital em repouso, por isso que qualquer ponto diferente de C, para qualquer nível diferente de renda, sempre leva a economia a se ajustar para o ponto C.

Diversos são os fatores que incidem para o ajuste da economia para o ponto C da figura 3.2 acima, seja esse ajuste para direita como para a esquerda. Caso a economia esteja em qualquer ponto à direita de C, os investimentos necessários serão maiores do que a capacidade de investir, pois quando a economia cresce para direita do ponto C, os custos de manter capital-trabalho constante se tornam mais elevados e, a economia precisará atender a demanda elevada resultada do crescimento econômico.

Em outras palavras, uma economia que está em qualquer ponto à direita de C da figura 3.2 acima terá os investimentos necessários superiores à poupança, resultando em inflação que fará pressão para esquerda, ajustando a economia para o ponto C. Portanto, em qualquer que seja o tipo de inflação, a necessidade de investir será maior que a capacidade de investir, pois, os investimentos necessários elevados podem ser resultados de uma inflação de oferta devido à elevação dos custos de manter constante capital-trabalho, ou ser resultado de uma inflação de demanda que, com a demanda elevada a necessidade de investir na produção de mais produto é estimulada.

A inflação que assombrava a economia brasileira durante a década de 1970 era a de custo, pois no caso brasileiro as importações, tornando a economia refém dos preços externos, e salários eram as principais fontes de custos. Portanto, o Brasil decidiu assegurar as importações adotando políticas salariais para manter o capital-trabalho acima do estado estacionário C, descartando a ideia do modelo neoclássico de ajuste para o ponto de equilíbrio.

Em contrapartida, a realidade econômica brasileira não refutou por completo a aplicabilidade do modelo neoclássico, pois outra teoria de igualar os investimentos necessários com os efetivos foi utilizada, apenas diferenciou na maneira que foi aplicada, por exemplo, a ampliação da poupança total que aumentou os investimentos efetivos aproximando-os com os necessários que estavam contidos pelas políticas internas, facilitando o deslocamento do estado estacionário para cima, tornando a economia mais rica do que antes.

O deslocamento do estado estacionário para cima é dado pelo aumento da taxa de poupança, como mostra a figura 3.3 abaixo.

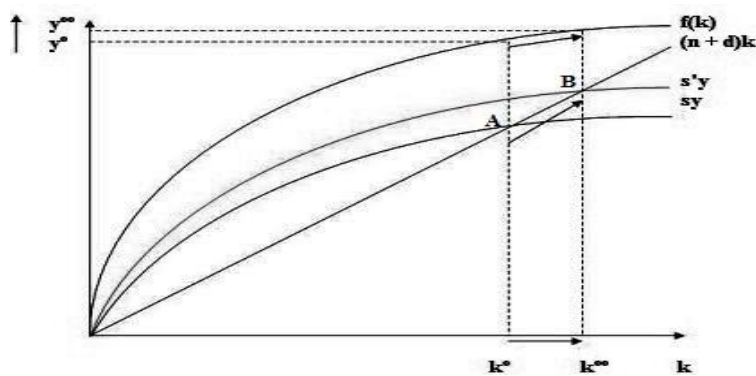


Figura 3.3 – Aumento da taxa de poupança desloca o estado estacionário

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

De acordo com a figura 3.3 acima, nota-se que no ponto A, a economia se encontra no estado estacionário inicial dado pelo equilíbrio constante de capital-trabalho k^o , nesse equilíbrio a economia tem uma taxa de poupança igual à sy . Quando há aumento da poupança o estado estacionário se desloca do ponto A para o ponto B da figura 3.3, proporcionando um novo equilíbrio na relação capital-trabalho que passa de k^o para k^{oo} .

Vale lembrar que k^o é a relação capital-trabalho no estado estacionário necessário para manter os investimentos $(n + d)k$ constantes, ou seja, sem alterar para a esquerda nem para a direita. Com a elevação da poupança, k^{oo} se torna o novo estado estacionário da economia. Entretanto, quando a economia tem elevação da poupança de sy para $s'y$, o produto aumenta de y para y' como mostra a figura 3.3 acima.

Isso é resultado de um maior investimento financiado de uma maior poupança, no entanto a necessidade de investir para elevar o produto iguala-se ao investimento efetivo elevado que, transforma em mais produto para economia.

Para o modelo neoclássico, quando se eleva a poupança, observam-se alterações positivas no capital e no produto, pois a poupança elevada tem maior capacidade de investimento em bens de capitais e, conseguinte produzindo um produto maior na economia. Do ponto de vista do consumo, com a elevação da poupança não necessariamente o consumo diminua, pois o modelo considera que o consumo é incerto.

O consumo pode ser estimulado a aumentar, diminuir ou permanecer inalterado, isso porque quando decide aumentar a poupança, qualquer mudança no consumo depende do nível de renda, pois, nesse cenário a elevação da poupança é concreta, a decisão apenas é determinar a quantidade de consumo. Diferente dos efeitos da taxa de juros que determina na decisão entre poupança e consumo, pois uma taxa de juros mais elevada incentiva à poupança e desestimula o consumo, o contrário acontece quando a taxa de juros é baixa.

O governo durante o Milagre tinha como meta elevar a poupança da economia e a demanda pelos bens duráveis produzidos, por isso que, vale observar os resultados da teoria de Solow, pois o país através de uma poupança maior elevou o capital investido na economia com a aquisição de máquinas e equipamentos do exterior, elevou o produto durante o período do “Milagre” para 14,0% em 1973 (Tabela 5 acima) e em suma o consumo aumentou, não apenas para as famílias que compõe a classe media e/ou alta, mas o consumo das empresas e governo em investimento e infraestrutura.

Diante da aplicabilidade do modelo e da realidade econômica brasileira na década de 1970, o aumento da poupança elevou o produto da economia que, conjuntamente com as políticas de crescimento, a economia deslocou o estado estacionário para um ponto elevado no curto prazo. A economia encontrou em um cenário economicamente próspero, pois, além da elevação do produto e capital, a demanda por parte da sociedade foi estimulada gerando para uns tempos de ouro e para outros tempos de chumbo.

3 TEORIA MACROECONÔMICA ATÉ QUANDO?

A teoria econômica tem um importante papel para a sociedade que, através do cotidiano das pessoas, das reações provocadas pelos agentes econômicos, pensadores, filósofos e economistas de época, criaram teorias que dispõem de fatores geradores de crescimento. O conhecimento das teorias econômicas dá capacidade de determinar políticas capazes de produzir crescimento da maneira considerada correta, pois ao induzir o crescimento econômico também induz a inflação.

Apesar de o crescimento ser o objetivo de muitas economias, sabe-se que a inflação é o mal que as persegue. Essa consequência indesejada é fruto de um crescimento irregular, portanto, economistas adotam políticas a fim de que a inflação seja controlada ao longo do processo de crescimento.

A economia tradicional é dotada de muitas teorias que dispõem de ferramentas para buscar o crescimento e o equilíbrio econômico.

Estudos discutem sobre o que pode ser considerado como *trade off* do crescimento e equilíbrio, pois, no curto prazo a teoria neoclássica não descarta a hipótese de crescimento desequilibrado. No entanto, no longo prazo as teorias conseguem explicar o equilíbrio com crescimento, pois durante o tempo os países conseguem se adaptar a novas taxas de crescimento de forma sustentável.

Quando se fala em desequilíbrio econômico resultado de um crescimento acentuado no curto prazo, o desequilíbrio externo em uma economia aberta pode servir de exemplo, pois de acordo com Hermann (2005, apud GIAMBIAGI et al, 2005, p. 83) afirma que:

O *trade off* entre crescimento e equilíbrio externo é identificado em vários modelos de macroeconomia aberta: na “teoria da absorção”, na “síntese de Meade” e no modelo Mundell-Fleming. Em todos eles, o *trade off* surge na balança comercial e se explica por uma diferença entre a reação das exportações e importações a variação do PIB: as primeiras são, em geral, supostas exógenas e as últimas, endógenas. Assim, a medida que a economia cresce, as importações tendem a crescer também, enquanto as exportações, *ceteris paribus*, ficam inalteradas, porque elas não tem relação direta com a renda interna, mas sim com a renda externa.

A economia brasileira da década de 1970 ignorou algumas teorias neoclássicas e a Curva de Phillips que, segundo Netto (2005, apud GIAMBIAGI et al, 2005, p. 226) “depois do fracasso da macroeconomia dos anos 70, os economistas construíram uma grande variedade de teorias para lidar com as flutuações de curto e médio prazo em torno de uma capacidade produtiva, que são os ciclos econômicos”.

Isso não quer dizer que as teorias econômicas sejam totalmente descartadas, mas sim complementadas, pois apesar de não condizer com os conceitos esperados no contexto de crescimento, as reações observadas podem ser economicamente explicadas, sendo assim consideradas como teorias mais complexas.

Por outro lado, os conceitos estudados por Solow procuram determinar atributos para gerar crescimento econômico, sendo a poupança a principal fonte financiadora de crescimento. Solow também destaca o estado estacionário que, o crescimento acelerado provocaria desequilíbrio do ponto de equilíbrio. Esses conceitos serviram de base para o Brasil promover o crescimento conhecendo os riscos, com isso a economia brasileira insere variáveis que, torna o modelo de Solow parcialmente considerado, criando críticas ao chamado “crescimento de longo prazo”.

No entanto, procura-se realizar novos estudos para explicar reações por fatores antes não considerados como a tecnologia, a capacidade ociosa, distribuição de renda e outras variáveis que, podem auxiliar na construção de novas políticas econômicas que promovam o crescimento e o desenvolvimento econômico sem trazer danos à sociedade.

3.1 Economia monetária parte 1: teoria macroeconômica tradicional

A economia procura estudar as soluções resultadas das diversas ações de seus agentes econômicos, portanto, economistas simulam situações adversas provocadas pelas pessoas, governo e empresas, em que, o crescimento e desenvolvimento econômico são os únicos objetivos a serem alcançados.

A partir das simulações realizadas pelas ações dos agentes econômicos, economistas criam e utilizam de teorias para elaborar métodos que, encaminham a economia para o tão desejado crescimento da maneira mais sustentável possível. Isso porque o

crescimento econômico sem planejamento resulta em problemas que, podem desestruturar a economia de um país.

O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek serviu como exemplo de um crescimento insustentável que, com os rumos que as políticas seguiram, levaram à economia brasileira à grande crise dos anos 60. Por isso os conceitos neoclássicos de crescimento acima do estado estacionário no curto prazo são explicados na economia brasileira da década de 50, pois o Brasil absorve os problemas logo após um crescimento acelerado.

A teoria econômica tradicional usa ferramentas para os países crescerem sabendo das consequências advindas desse crescimento. No entanto, o crescimento econômico não é maléfico, basta apenas utilizar dos conhecimentos econômicos para crescer e evitar problemas maiores.

Para uma economia crescer precisa primeiramente preparar sua estrutura interna, por isso leva tempo para as empresas, governos e consumidores se organizarem. A inflação e o desequilíbrio externo são problemas esperados de uma economia em crescimento acelerado, no entanto, com políticas de adequadas se torna possível controlar a inflação e desequilíbrio assegurando o crescimento.

Quando a economia cresce é porque o produto cresceu, esse produto até então pode ser explicado pelo aumento da produtividade. No entanto, a produtividade é resultado de uma gama de fatores utilizados de maneira eficiente no aumento da produção agregada. O processo de crescimento resulta dos fenômenos relacionados à oferta. De acordo com as teorias observadas entre os agentes produtores, Bonelli (2005, apud GIAMBIAGI et al, 2005, p. 318) afirma que:

As teorias do crescimento econômico procuram precisamente modelar esse processo, a partir de determinadas hipóteses. Em todas elas, o crescimento econômico resulta do aumento da oferta agregada a: aumento das quantidades de um ou mais dos fatores de produção utilizados; realocação de recursos entre setores, em benefício daqueles com maior eficiência (ou produtividade) no uso desses recursos; melhorias tecnológicas que permitam aumentar o produto mais do que proporcionalmente ao aumento nos fatores (algo que inclui os ganhos devidos à economia de escala).

De acordo com a citação acima, todos esses modelos testados refletem nos ganhos de produtividades que é o principal agente do crescimento econômico. Entretanto, a

produtividade esta diretamente relacionada com as mudanças tecnológicas, não apenas com novos equipamentos, mas com conhecimento teórico das reações dos agentes produtores.

De acordo com Bonelli (2005, apud GIAMBIAGI et al, 2005, p. 319) “no longo prazo a produtividade é a principal fonte de crescimento. Ela indica a eficiência com a qual os recursos econômicos estão sendo utilizados”. A economia procura elaborar políticas de estabilidade, pois com um baixo preparo o país pode sofrer danos com ganhos de produtividade no curto prazo, pois a produtividade mede a quantidade do produto por trabalhador refletindo nos salários.

Quando as pessoas têm a renda elevada o poder de compra delas se eleva, pois com a posse de mais dinheiro os trabalhadores podem consumir quantidades maiores do produto. Como resposta da elevação de renda, a inflação nesse cenário pode ser identificada, seja por oferta, pelo fato da variável salário ter elevado os custos, seja por demanda, pelo fato das pessoas terem mais poder de compra e assim propensa a consumir mais.

Pensando nos fatores geradores de inflação, a economia procura identificar as causas e, combater o aumento geral dos preços no determinado tempo. Do ponto de vista da demanda, a inflação é resultado da elevação do consumo que, mesmo com o aumento do produto a economia não tem capacidade de produzir bens para todos, por isso elevam se os preços como regulador do consumo. A inflação de oferta é gerada pelo aumento dos preços dos custos, como salários, insumos e outros que, diretamente implicam nos preços dos produtos.

Portanto, a inflação tem uma relação inversamente proporcional com o emprego, essa relação é explicada pela Curva de Phillips. Phillips estabeleceu que a metodologia da curva descrevesse a relação inversa do emprego e da inflação. Segundo Hermann (2005, apud GIAMBIAGI et al, 2005, p. 83) afirma que “o *trade off* entre emprego e inflação é explicado pela tendência ao aumento dos custos (não só através dos salários, mas também das matérias-primas), à medida que a economia se aproxima do pleno emprego”.

A teoria da Curva de Phillips afirma que, quando a economia der sinal de inflação, a primeira resposta que os agentes defrontam é o desemprego. Em uma inflação de demanda o desemprego ocorre como forma de desempregar renda da economia que, possa frear o consumo sem elevar os preços para estes fins. Quando se trata de uma inflação de

oferta, a Curva de Phillips destaca o desemprego como fonte de cortar os custos, deixando a produção mais barata, refletindo em menores preços. Graficamente a Curva de Phillips é representada pela figura 4.1 abaixo.

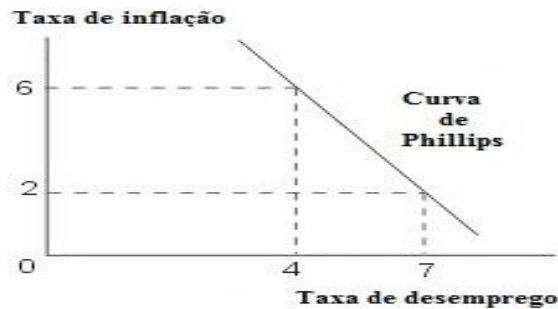


Figura 4.1 – Curva de Phillips

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Utilizando do exemplo numérico da figura 4.1 acima, a interpretação é dada da seguinte forma, quando a inflação está a uma taxa de 2% o desemprego aumenta para 7%, por outro lado quando a inflação marca os índices dos 6% o nível de desemprego alcança os 4%.

A Curva de Phillips afirma que, quando a inflação aumenta o emprego eleva reduzindo a taxa de desemprego, quando ocorre o contrário, ou seja, a inflação diminui o emprego diminui elevando o desemprego. Essas reações são explicadas pelo fato do emprego ter aumentado elevando a quantidade de dinheiro em circulação na economia, portanto, resulta na elevação dos preços e conseqüentemente na inflação. O mesmo raciocínio explica a situação inversa, quando o emprego diminui, pois o aumento do desemprego diminui o consumo, reflete na queda dos preços como maneira de estimular a demanda que, conseqüentemente reduz a inflação.

De acordo com os conceitos da Curva de Phillips, a economia não convive com uma elevação do emprego e inflação controlada. Cabe ao governo a escolha da melhor opção para o país, pois algumas teorias pretendem mostrar que, a economia não sustenta um nível elevado de emprego e o controle inflacionário ao mesmo tempo. Por isso os países mantêm uma determinada taxa de desemprego, pois para a teoria, nenhuma economia consegue

manter uma elevada mão de obra empregada com inflação controlada. Portanto, o que os países podem, é manter um equilíbrio entre o emprego e a inflação.

A relação entre desemprego e inflação pode ser explicada pelo equilíbrio da oferta e demanda que, nada mais é do que uma reação da oferta dado um deslocamento da demanda. Isso porque a inflação é a elevação dos preços num determinado tempo e o preço é determinado pela oferta, por isso que a oferta decide o preço posto no mercado como o nível de trabalho empregado na economia, mas a decisão da oferta é apenas uma resposta da demanda.

Quando a demanda é superior à oferta, as empresas no curto prazo elevam os preços para conter a demanda e manter o equilíbrio, no entanto, as empresas precisam aumentar a produção para atender a demanda elevada, por isso cresce a demanda por trabalho diminuindo o desemprego. Por outro lado, quando ocorre da demanda ser inferior do que a oferta, as empresas reduzem os preços deflacionando a economia, essa redução tem como foco estimular a demanda levando a economia ao equilíbrio no curto prazo. As empresas decidem reduzir a produção para não elevar o estoque, por isso o emprego diminui elevando o desemprego.

A economia determina a existência de outro problema conhecido como estagflação, esse problema pode ser resultado de uma economia com excesso de demanda e escassez de oferta. Esse fenômeno é causado quando a demanda eleva fazendo a economia aumentar os preços causando inflação, no momento que as empresas tentam ajustar a oferta para atender a demanda e não conseguem por fatores externos, por exemplo, a economia continua mantendo o nível de emprego baixo, mantendo inflação e desemprego elevado causando uma recessão na economia.

A recessão econômica pode ser observada no final da década de 1970 na economia brasileira que, com a elevação da procura agregada gerada pelo aquecimento da economia, a oferta não acompanhou a necessidade do crescimento devido à segunda crise do petróleo. Portanto, a redução das atividades dos setores que dependiam totalmente ou parcialmente do petróleo como insumo, desempregaram fatores e fecharam empresas provocando aumento do desemprego. Por isso que, a década seguinte ficou marcada como a

década perdida, pois foram os anos que a economia brasileira sofreu com altas taxas de inflação e desemprego elevado.

Outra variável estudada é a taxa de juros, que além de auxiliar nas políticas fiscal e monetária, também é uma excelente estratégia para determinar a poupança e os investimentos. A taxa de juros é a remuneração do dinheiro emprestado que, no caso simples de empréstimo o valor emprestado (P) a uma taxa de juros (i) pode ser interpretado por:

$$P + iP = P(1 + i) \quad (1)$$

Quando a taxa de juros for elevada, a economia reduzirá a oferta de moeda dada pelo desestímulo da demanda, devido o preço do dinheiro emprestado ter se tornado mais caro, os agentes reagiram com a redução da demanda por moeda e assim com os gastos que, conseqüentemente afetará os investimentos incentivando a poupança, pois os gastos com investimentos serão mais caros e os retornos do dinheiro poupado serão maiores.

Caso a taxa de juros seja baixa, os agentes econômicos terão incentivos a demandar mais moeda e a elevar os gastos, isso porque os preços parcelados dos bens diminuem e o valor dos empréstimos cai, provocando uma reação dos agentes a demandarem moeda para o consumo e/ou investimentos que serão estimulados. Por isso, o crescimento por endividamento da economia brasileira na década de 1970 foi resultado dos baixos juros externos da época.

A inflação e desequilíbrio externo são conseqüências das respostas dos agentes econômicos com o crescimento, a economia utiliza de variáveis econômicas como ferramentas para gerir políticas de estabilização. Para a inflação o governo identifica qual o tipo e determina as alterações nos custos ou preços, já para o desequilíbrio externo, variável como taxa de câmbio é usada para determinar o equilíbrio.

A taxa de câmbio é o valor de uma moeda em relação à outra moeda, ou seja, é o quanto que se pode ser adquirido de uma moeda estrangeira com uma unidade de moeda nacional. Através da política cambial a economia explica as reações dos agentes com o comércio exterior, quando a moeda sofre uma valorização quer dizer que seu valor aumentou em relação à outra, ou seja, os agentes necessitaram de menos moeda para adquirir outra.

Quando ocorre uma desvalorização quer dizer que o valor da moeda foi reduzido, em outras palavras, os agentes necessitaram de mais moeda para adquirir outra.

Com isso os países conseguem controlar e determinar as importações e exportações, ou seja, quando o objetivo é incentivar as importações a moeda nacional é valorizada, assim precisará de menos moeda nacional para comprar um bem de outro país. Caso os incentivos sejam para as exportações, a moeda nacional é desvalorizada barateando os produtos nacionais para os consumidores estrangeiros, e encarecendo os produtos importados desestimulando as ações dos agentes em importar.

A taxa de câmbio é visto como uma das medidas de manter o equilíbrio externo ou forma de proteger as indústrias nacionais, lembrando que o mesmo pode ser alcançado com uma combinação de outras políticas econômicas estudadas pelas ações das diversas variáveis macroeconômicas.

Toda economia procura estimular o crescimento econômico, porém, sabe-se que o crescimento insustentável provoca reações de desequilíbrio e desestabilidade para a economia. A maneira de como manipular as teorias possibilitam o desenvolvimento de novas ferramentas que podem favorecer ao crescimento equilibrado, em que o principal foco é atingir os efeitos contras que o crescimento pode provocar tais como o desequilíbrio externo e principalmente a inflação.

3.2 Economia monetária parte 2: políticas de combate à inflação no modelo IS-LM

A economia através de seus conceitos e variáveis consegue desenvolver políticas econômicas adequadas para sustentar um cenário econômico harmônico que, através dos estudos realizados com base nas respostas dos agentes diante das ações do governo em manipular as variáveis econômicas, o desenvolvimento do modelo IS-LM é estabelecido para análise de mercado que, de acordo com Hillbrecht (1999, p.189).

O modelo IS-LM de determinação do produto e da taxa de juros, para dado nível de preço, é um modelo extensivamente utilizado, pois, além de ter uma estrutura bastante simples, ele permite avaliar o impacto das políticas macroeconômicas do governo – políticas fiscal e monetária – sobre a atividade econômica agregada.

O modelo IS-LM é utilizado para analisar o mercado monetário e de bens e serviços, por isso acredita-se que através do modelo é possível estabelecer a taxa de juros, nível de investimento e a oferta e demanda por moeda, para isso o modelo determina a curva IS para o mercado de bens e serviços e a curva LM para o mercado monetário. A interação entre as curvas IS e LM determinam o equilíbrio econômico estabelecendo um nível ótimo de produto, taxa de juros e preços, a fim de controlar crises no sistema financeiro.

A curva IS analisa os efeitos da taxa de juros sobre os gastos em consumo e investimento, pois, a taxa de juros pode influenciar o quanto será consumido hoje e/ou no futuro, por exemplo, caso haja elevação na taxa de juros o consumo e investimentos presentes caem elevando a poupança para gastos futuros, portanto a elevação da taxa de juros pode elevar os investimentos no futuro. Portanto, a queda da taxa de juros reduzirá a poupança presente, os investimentos serão estimulados e a economia se encontrará com gastos elevados no presente. Essa medida pode ser tomada quando o governo decide aquecer a economia, pois sabe que os agentes reagirão com disposição a gastar.

A curva LM analisa os impactos realizados pelo mercado de moeda, então as variáveis consideradas no modelo LM é a demanda e oferta de ativos. Na economia monetária além da variação positiva ou negativa da taxa de juros, quando o governo decide adotar uma política expansionista, o Banco Central reduz a alíquota do depósito compulsório (depósito de uma parcela do valor poupado pelas famílias e empresas aos bancos comerciais destinados ao BACEN), e/ou reduz a taxa de redesconto (taxa cobrada pelo BACEN aos bancos comerciais quando os mesmos realizam empréstimos ao banco central), barateando os empréstimos. O contrário ocorre quando é adotada uma política restritiva, as taxas de depósito compulsório e de redesconto sofrem aumentos tornando os empréstimos mais caros. Dessa forma o governo mantém controle sobre a quantidade de moeda em circulação na economia.

O modelo IS-LM é bastante útil para indicar a melhor combinação de taxa de juros e produto que a economia deve permanecer (HILLBRECHT, 1999). Essa combinação na prática procura ser explicada da seguinte maneira: quando as empresas têm excesso no estoque, elas reagem diminuindo a produção para evitar elevar mais ainda o estoque, com isso os investimentos diminuem e, se houver incentivos positivos para expandir a economia,

a taxa de juros diminui (curva IS) e a demanda por moeda por parte das empresas se expande (curva LM). Caso houver um excesso de demanda por moeda por parte das empresas, para alimentar os investimentos e elevar a oferta de bens no mercado de bens e serviços, caso a economia determine restringir os gastos, a taxa de juros eleva-se reduzindo os empréstimos (curva LM) e assim os investimentos (curva IS).

O equilíbrio econômico pode ser alcançado com um produto e emprego baixo, algo que não é desejável (HILLBRECHT 1999). Por isso o governo utiliza de outras ferramentas para alcançar o equilíbrio, no mercado de bens o governo manipula as tributações e gastos do governo, e no mercado monetário o governo faz uso da autoridade do banco central com metas já antes comentadas.

Com as ações dos agentes econômicos e as ferramentas econômicas em poder do governo, políticas monetária e fiscal são estabelecidas para assegurar o equilíbrio econômico no melhor cenário possível.

Por fim, com a capacidade de manipular a política fiscal e monetária, o governo procura elevar o bem-estar e a estabilidade econômica. Essa estabilidade tem como empecilho a inflação, que segundo Hillbrecht (1999, p. 151):

A inflação, que é uma elevação persistente do nível de preços, pode ser extremamente danosa à economia. Isso ocorre pois uma economia de mercado depende do sistema de preços para sinalizar às pessoas a escassez relativa, para que a alocação de recursos aconteça de maneira eficiente. Quando o nível de preços está subindo rapidamente, torna-se difícil interpretar a informação que os preços estão transmitindo. Um processo inflacionário persistente impede que os preços sinalizem escassez relativa adequadamente, levando à má alocação de recursos e, conseqüentemente, à queda de bem-estar.

Acredita-se que o governo deve utilizar dos conceitos básicos das curvas IS-LM para gerenciar as políticas adequadas de controle do processo inflacionário, estabilizando os preços a um melhor nível de emprego e taxas de juros, para anular possíveis incertezas econômicas aos agentes (consumidores e empresas), assim incentivando o processo de crescimento econômico. Na prática a condução das políticas econômicas pode ser analisada nas figuras 4.2, 4.3 e 4.4 abaixo.

Diante da figura 4.2A, será analisado de acordo com alguns conceitos os efeitos que uma política fiscal expansionista em uma economia fechada (elevação dos gastos do

governo e/ou redução dos tributos) afeta nas demais variáveis econômicas, analisando o que acontece com a inflação e o emprego diante da Curva de Phillips.

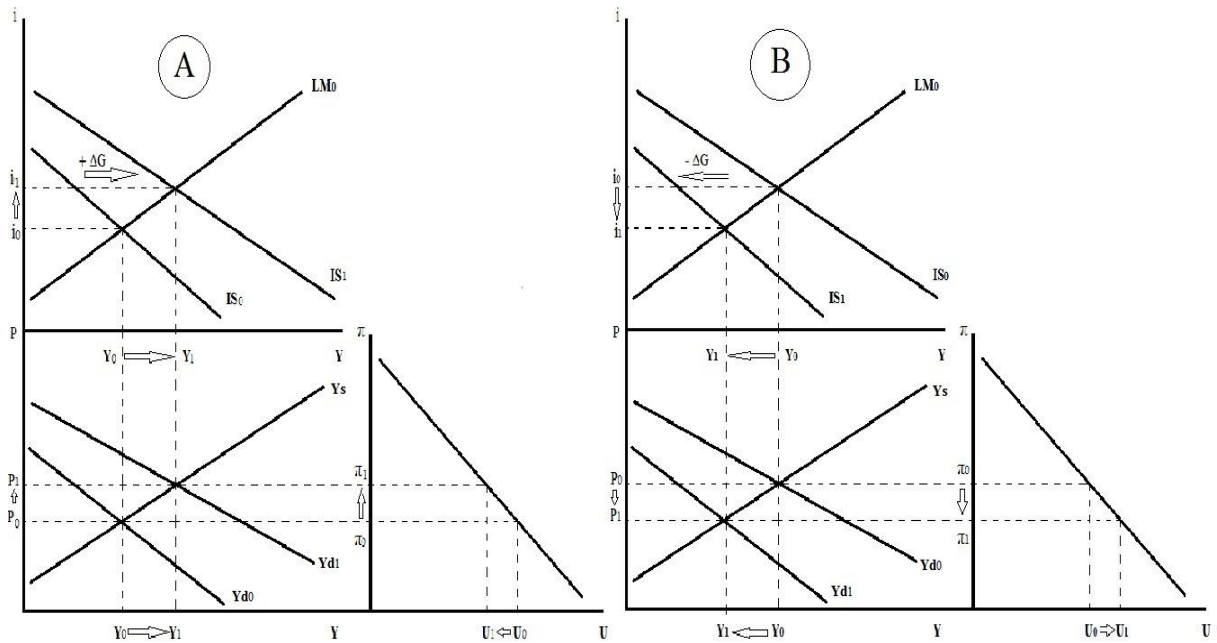


Figura 4.2 – Política fiscal

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Uma política expansionista é adotada quando o governo tem como meta elevar a renda e o nível de emprego da economia, pois, a política expansionista impulsiona o crescimento econômico que, consigo, trás consequências como elevação dos preços e inflação. A figura 4.2A acima destaca os efeitos de uma política fiscal expansionista com elevação dos gastos públicos.

Quando o governo decide elevar os gastos públicos, a curva IS desloca do ponto de equilíbrio onde a taxa de juros é i_0 e renda Y_0 para o novo equilíbrio em i_1 e Y_1 , passando de IS_0 para IS_1 . Quando a curva IS se desloca para a direita, o novo equilíbrio no mercado de bens e serviços e monetário eleva a renda de Y_0 para Y_1 , o aumento da renda eleva a taxa de juros, pois, com maior renda os agentes reagem com incentivos a demandarem moeda que, por sua vez força o aumento da taxa de juros até os mercados encontrarem o novo equilíbrio.

Ainda com a elevação dos gastos públicos ou redução dos tributos, a elevação da renda provoca também a elevação da renda disponível de Y_{d0} para Y_{d1} , isso porque não

apenas a renda aumentou, mas como os tributos foram reduzidos ou os gastos do governo foram ampliados, sobra mais renda para o consumo. Além da demonstração da figura 4.2A acima, a elevação da renda disponível pode ser verificada pela seguinte equação:

$$Y_d = Y - T \quad (2)$$

Se a diferença entre Y e T aumenta devido à elevação dos gastos do governo ou redução dos tributos, maior será a renda que os agentes terão para consumir e, por sua vez maiores serão os preços dos bens na economia. A elevação dos preços P_0 para P_1 é resultado do excesso de demanda que a economia encontrará devido o aumento da renda. Com o aumento dos preços a economia se depara com inflação elevada, deslocando de π_0 para π_1 no gráfico da Curva de Phillips representada na figura 4.2A acima.

Se por um lado a política fiscal expansionista incentiva o crescimento do produto, a política restritiva combate o processo inflacionário. A política fiscal restritiva ao contrário da expansiva é dada pela redução dos gastos públicos e/ou elevação dos tributos. A figura 4.2B acima demonstra os impactos de uma política fiscal restritiva nas variáveis econômicas.

Com a redução dos gastos do governo ou elevação dos tributos o primeiro impacto a verificar é a redução da renda de Y_0 para Y_1 , essa redução se dá pelo deslocamento da curva IS para esquerda, determinando um novo equilíbrio entre o mercado monetário e de bens e serviços. Com a redução da renda a capacidade de captar moeda diminui, portanto o excesso de ativos reduz a taxa de juros de i_0 para i_1 , já que, a redução da taxa de juros virá como incentivos para reduzir a escassez de demanda por moeda.

A redução da renda e a restrição do governo (corte de gastos ou elevação dos tributos) reduzirá a renda disponível para o consumo (ver equação 2 acima), no entanto os preços diminuirão de P_0 para P_1 da figura 4.2B acima. A diminuição dos preços reflete na redução do processo inflacionário, porém do lado social o emprego cai, elevando o nível de desemprego na economia.

A política fiscal restritiva é usada como método de conter a demanda agregada para ajustar os problemas advindos do crescimento, portanto na economia brasileira além de

reduzir a demanda agregada e conter o processo inflacionário, a política fiscal restritiva tem a utilidade de gerar excedentes para o governo para reduzir dívida interna.

Além da política fiscal, a política monetária também causa efeitos sobre o crescimento econômico e controle de problemas como desemprego e inflação. A política monetária estabelece o equilíbrio do mercado monetário, em que a demanda de moeda iguala com a oferta de moeda.

Da mesma forma da política fiscal, política monetária expansionista incentiva o crescimento econômico e a criação de emprego, já a política monetária restritiva é inversamente proporcional ao crescimento do produto, porém diretamente proporcional ao combate da inflação. A figura 4.3 abaixo destaca a política monetária expansionista e seus impactos nas variáveis econômicas.

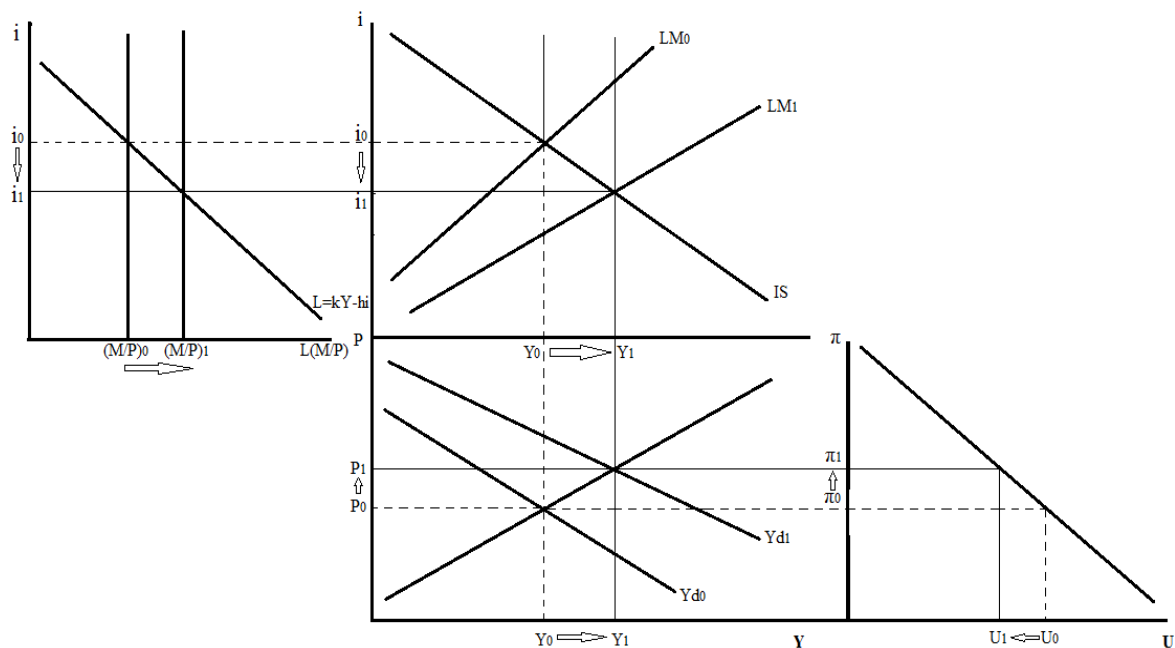


Figura 4.3 – Política monetária expansionista

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Quando o governo decide expandir a economia elevando o produto e gerando emprego através da política monetária, o banco central expande a quantidade de moeda de $(M/P)_0$ para $(M/P)_1$, deslocando a curva LM para baixo até o novo ponto de equilíbrio em IS-LM1. Com a iniciativa de ofertar moeda, a demanda por títulos se elevará, diminuindo a taxa

de juros de i_0 para i_1 , com isso os agentes reagirão de forma a demandarem moeda para o consumo e investimento.

A expansão da oferta de moeda eleva a renda dos agentes econômicos, que terão maiores poderes de consumo e investimento, elevando o produto da econômica. Com a elevação da renda de Y_0 para Y_1 , a renda disponível para consumo também se eleva de Y_{d0} para Y_{d1} . A renda disponível aumenta por causa da elevação da renda e do cenário favorável para empréstimo resultado da política expansionista, porém, com maior dinheiro em circulação impactará em aumento nos preços.

Com a elevação dos preços da economia, o resultado esperado é o aumento do processo inflacionário, pois, o aumento do produto reduz o desemprego que, com mais pessoas empregada eleva a quantidade do consumo, que mesmo com os investimentos elevados ampliando o lado da oferta de bens, a demanda terá ganhos bem maiores resultando num excesso de demanda causando inflação. Por outro lado, o aumento do produto eleva a renda das pessoas, assim os custos pelo aumento da renda serão elevados resultando mais uma vez em inflação.

Diferentemente da política expansionista, a política monetária restritiva é resultado de uma política de contenção de moeda, ou seja, o Banco Central incentiva os bancos comerciais a não emprestarem dinheiro.

Essa medida é tomada através de elevação do depósito compulsório e da taxa de redesconto. A elevação do depósito compulsório fará com que os bancos comerciais tenham um estoque menor de dinheiro disponível para empréstimo, com isso os bancos diminuem a oferta de moeda como forma de não esvaziar o estoque de poupança e pedir dinheiro emprestado ao Banco Central.

A elevação da taxa de redesconto também obriga os bancos a conterem os empréstimos, pois em caso de escassez de moeda os bancos comerciais pedirão emprestados ao Banco Central. Portanto, a elevação da taxa de redesconto fará os bancos comerciais evitarem esvaziar o estoque de poupança, com isso a oferta de moeda é controlada, desestimulando a demanda monetária.

Na partir da figura 4.4, o modelo analisa os efeitos sobre as variáveis econômicas em detrimento de uma política monetária restritiva, ou seja, os impactos econômicos com a redução da oferta de moeda.

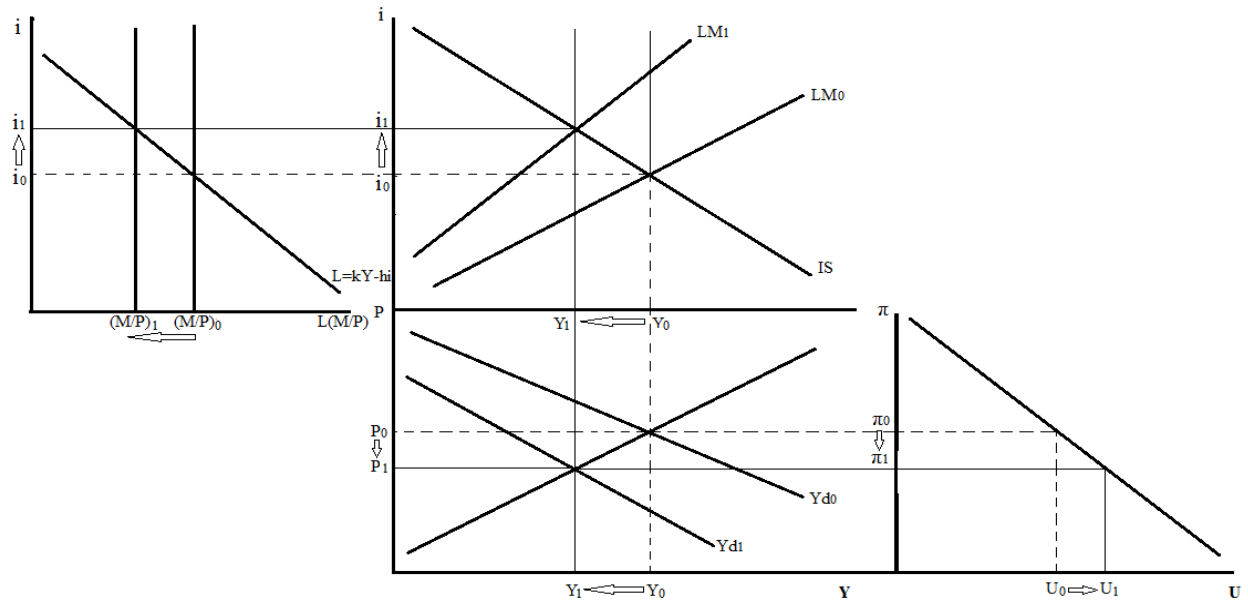


Figura 4.4 – Política monetária restritiva

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Considerando uma elevação na taxa de redesconto ou depósito compulsório, os bancos ofertam menos moeda tornando os empréstimos mais caros, elevando a taxa de juros de curto prazo de i_0 para i_1 , por isso que, na política monetária restritiva o primeiro impacto econômico é a elevação da taxa de juros reduzindo a oferta de moeda de $(M/P)_0$ para $(M/P)_1$. A curva LM deslocará para cima até o novo ponto de equilíbrio em IS-LM₁, reduzindo a renda devido à contenção da oferta de moeda, assim estabelece uma quantidade menor de moeda em circulação.

Com a redução da renda, a renda disponível diminui, pois, considerando os tributos constantes, o poder de compra cai com a redução da renda (equação 2 acima). Com a queda do consumo resultado de uma renda disponível menor, os preços diminuem de P_0 para P_1 da figura 4.4 acima. O deslocamento dos preços para baixo é resultado de um excesso de oferta dado pela contenção da demanda, mesmo com os investimentos desestimulados pelo aumento da taxa de juros, o impacto da política na demanda é maior do que na oferta,

elevando os estoques das empresas obrigando-as a diminuir preços para incentivar o consumo. Isso porque as perdas monetária tem sido maior do que as perdas do produto.

Portanto, a diminuição dos preços provoca uma reação de redução da inflação de π_0 para π_1 , de maneira a combater o processo inflacionário, porém o preço pela redução da inflação é o custo social do desemprego, pois com a redução dos preços para estimular a demanda e reduzir o estoque provoca uma reação do lado da oferta de reduzir o produto, assim eleva o desemprego de U_0 para U_1 da figura 4.4 acima. O aumento da taxa de desemprego reduz o nível de emprego gerado pela economia, essa redução do emprego e da inflação irá até o ponto em que a demanda e oferta se igualarem.

Diante dos métodos das políticas fiscal e monetária, em ambos os processos, os efeitos sobre o emprego, crescimento econômico e inflação são os mesmos. Se adotar uma política expansionista terá como impacto de crescimento econômico, elevação do emprego e da inflação, porém a política restritiva reduzirá o crescimento, emprego, mas combaterá a inflação. Portanto, cabe ao governo decidir qual modelo adotar para estimular o crescimento e reduzir a inflação.

Outras estratégias utilizadas para combater a inflação e também o desequilíbrio externo são os programas de tratamento de choque, que de acordo com Hillbrecht (1999, p. 249) afirma que “economistas novo-clássico sugerem que uma política de **tratamento de choque** é o ideal para combater inflação, por causa do rápido ajuste de expectativas no modelo novo-clássico”.

Os tratamentos de choque ortodoxo são destacados em choque fiscal, choque monetário e combinação de choques, porém o mais sugerido pelo FMI é o tratamento de combinação de choques.

A combinação de choques apesar de ser mais dolorosa no contexto social, é um método econômico bastante eficaz, pois, além de diminuir a inflação, reduz o desequilíbrio externo permitindo alcançar o equilíbrio na Balança de Pagamentos. A figura 4.5 abaixo demonstra o impacto econômico resultado de uma combinação de choques.

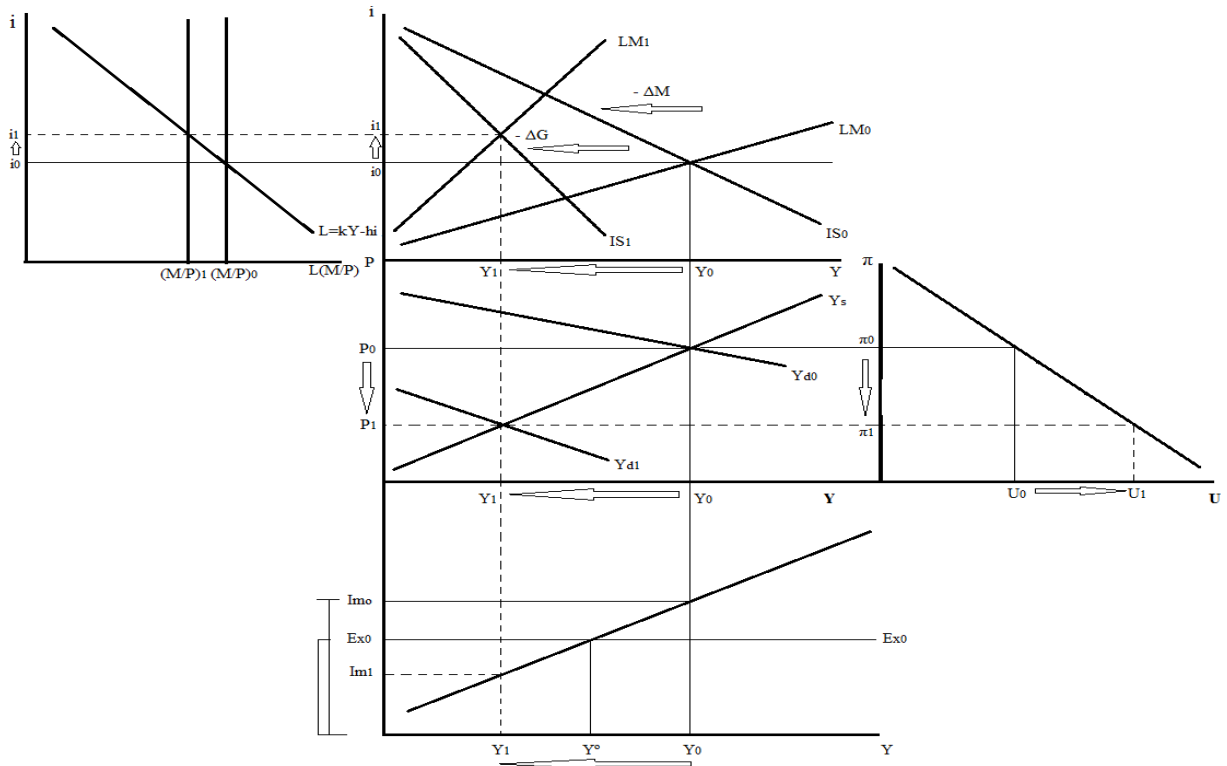


Figura 4.5 – Combinação de choques

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

A combinação de choques é um tratamento que adota a interação das políticas fiscal e monetária restritiva, nesse método o governo age de maneira mais rigorosa, pois os gastos do governo e a oferta de moeda são reduzidos, fazendo assim os cortes nas variáveis que incentivam o crescimento e conseqüentemente o emprego.

As alterações das variáveis econômicas são bastante significativas, tanto no contexto econômico quanto social, por isso é a mais recomendável para economias que se encontram em crise, pois além de combater a inflação, a combinação de choques reduz as importações, equilibra a balança de pagamentos e gera liquidez para pagar dívida externa.

No âmbito fiscal a curva IS desloca para esquerda, isso porque o governo diminuiu os gastos reduzindo a demanda por obras públicas (saúde, educação, saneamento básico) e, conseqüentemente a massa salarial. Com uma menor renda o consumo agregado diminui, pois terá menos dinheiro em circulação. A redução do consumo provoca um excesso de oferta, assim as empresas não têm poder de barganha sobre preços mais altos, sendo

necessário reduzir os preços para reduzir os estoques. Com a queda dos preços a economia passa por um processo de deflação, ou seja, reduz a taxa de inflação que, eleva o desemprego, pois o excesso de oferta que pressionou os preços para baixo pressiona o desemprego para cima.

Na questão do emprego, a redução é resultado por dois fatores, primeiro a redução dos gastos públicos que diminui a demanda do governo, menos empregos serão gerados para obras públicas, por exemplo, menos professores para educação, menos médicos para a saúde e assim por diante. O segundo fator da elevação do desemprego é por causa da redução do consumo, pois as empresas desempregam fatores de produção como a mão de obra com o objetivo de reduzir o excesso de oferta. Esses fatores também promovem a redução do crescimento econômico, já que o governo reduz os gastos e as empresas reduzem o produto.

No âmbito monetário, a taxa de juros aumenta reduzindo a oferta de moeda, pois os empréstimos se tornam mais caros. Com menos moeda em circulação resultado do corte monetário, a renda que já tinha diminuído no corte fiscal fica mais reduzida, com isso a renda disponível para consumo fica mais diluída. A participação monetária no choque fortalece mais a redução dos preços e assim o desemprego.

Resolvido o problema inflacionário, os impactos da combinação de choques na balança de pagamentos é resultado da elevação da taxa de juros e redução da renda. A taxa de juros influencia na oferta de moeda, a renda influencia no consumo e nas importações por bens e capitais. Portanto, com a redução da renda e da oferta de moeda, a Balança de Capital e a Balança Comercial ficam positivas resultadas da redução das importações de Im para Im_1 (Figura 4.5 acima).

Dado que a balança comercial é expressa por:

$$NX = Ex - Im \quad (3)$$

Quando com a redução da renda Im reduz para Im_1 , ficando abaixo de Ex , a balança comercial NX fica positiva devido às exportações (Ex) ser maior que as importações (Im). Considerando que a balança de pagamentos é dada pela equação:

$$BP = NX + BK \quad (4)$$

Considerando que os termos da equação são positivos pela baixa renda e oferta de moeda, o termo BP da equação (4) também é positivo, portanto a Balança de Pagamentos se encontra superavitária, resolvendo o problema de desequilíbrio externo.

O motivo que explica a elevação da taxa de juros é o desaquecimento do crescimento econômico através da redução da demanda agregada. Quando a taxa de juros aumenta, os agentes reagem reduzindo a demanda por moeda e, conseqüentemente o consumo com investimento. Com a menor capacidade de circulação de dinheiro, as famílias consumirão menos e as empresas investirão menos, porém a poupança será estimulada.

No Brasil, a política de combinação de choques como meio de ajustamento foi rejeitada com a primeira crise do petróleo em 1974, sendo substituída por uma política expansionista através do endividamento. No entanto, foi adotada no início do governo militar e em meados da década de 80, pois, na década de 60 a combinação veio como ajustamento econômico para a retomada do crescimento e, na década de 80 o FMI exigiu a combinação de choques para resolver o problema da crise na economia brasileira.

4 A HISTÓRIA DE UM MILAGRE

O Milagre Econômico brasileiro iniciou no final da década de 1960, pois nesse período a economia brasileira alcançou elevados índices de crescimento. Apesar do processo de industrialização brasileira ter sido dada pela substituição de importações, o Milagre apenas intensificou o modelo ampliando a árvore industrial. O Milagre Econômico copiou a ideologia do Plano de Metas, mas conduzindo de maneira diferente as políticas econômicas, pois o Milagre evitou as consequências obtendo resultados internos satisfatórios. No entanto, como o modelo anterior, o Milagre não se sustentou por muito tempo, mas diferente do mesmo as causas do rompimento foram externas, mas provocando sérios problemas na economia brasileira dando início à crise dos anos seguintes.

4.1 Industrialização brasileira: uma inflação inesperada

A industrialização brasileira iniciou após a crise de 29, ou seja, o Brasil teve sua revolução industrial tardia em relação aos países industrializados de primeiro mundo. O modelo de industrialização adotado pelo país foi o de substituição de importações, assim o Brasil tinha capacidade de produzir internamente o que era produzido externamente. O processo de industrialização intensificou-se na década de 1950 no Plano de Metas, fortalecendo o crescimento da economia e gerando problemas como a inflação.

Os dois tópicos abaixo retratarão o início do processo industrial brasileiro, os sucessos da economia brasileira industrializada, e o período da economia destacado pelo Plano de Metas.

4.1.1 Revolução industrial brasileira: uma economia a todo vapor

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil era dependente de uma economia agrícola, tendo o café como principal cultura, tanto que, a preocupação com o desenvolvimento de ferrovias e infraestrutura adequada para o crescimento surgiu através dos

lucros exorbitantes gerados pela produção cafeeira. As primeiras indústrias surgiram apenas no final do século XIX e início do século XX, com participação minoritária na economia brasileira, permanecendo na necessidade de importar quase todos os produtos industrializados. O Brasil teve sua revolução industrial a partir de 1930 com o governo de Getúlio Vargas.

O processo de industrialização no Brasil iniciou devido enfraquecimento do setor cafeeiro no início da década de 30. Segundo Santos Junior (2004, p. 16) “a crise econômica mundial que enfraqueceu sobremaneira o setor produtor de café significou a perda do dinamismo econômico, o qual se baseava na capacidade do setor externo da economia brasileira”. Com a crise do café e o aumento dos preços dos bens produzidos no exterior dificultando as importações no país, deu início ao processo de substituição de importações.

A substituição de importações pôde ocorrer devido à capacidade ociosa na indústria brasileira. De acordo com Santos Junior (2004, p. 16-17) “isto ocorreu a partir do momento em que o setor industrial brasileiro passou a se aproveitar da capacidade industrial instalada já existente no país, em função das primeiras políticas governamentais de incentivo a produção interna, principalmente, das políticas cambiais e tarifárias”.

Com o processo industrial brasileiro ativo, utilizando da capacidade ociosa existente, observaram-se resultados positivos na produção industrial, com incremento de 100% em relação ao observado na década anterior. Esse período de crescimento impulsionou o desenvolvimento industrial e gerou mais incentivos para o processo de substituição de importações (SANTOS JÚNIOR, 2004).

O desenvolvimento industrial brasileiro obteve incentivos maiores ao investimento durante a década que ocorreu a Segunda Guerra Mundial. Isso devido o fato da guerra direcionar os países a focar em atividades de guerra, reduzindo cada vez mais a capacidade do Brasil a importar bens manufaturados. No Brasil havia ainda uma necessidade em equipamentos, sendo dependente da importação desse setor, de tal modo que, muitas fábricas trabalhavam acima da capacidade, com isso o crescimento industrial brasileiro houve uma redução comparada aos anos anteriores de 1940 e 1944.

No entanto, a Segunda Guerra resultou em saldo na Balança Comercial. Isso porque no período do conflito as importações ficaram restritas, devido os países

industrializados estarem preocupados com a produção voltada para a guerra, reduzindo as importações brasileiras e proporcionando um acúmulo de divisas estrangeiras (SANTOS JÚNIOR, 2004). Com o fim da guerra, as importações voltam a subir, devido as indústrias brasileiras utilizarem das reservas de divisas acumuladas para importar os equipamentos industriais que a indústria necessitava, impulsionando o crescimento industrial, introduzindo uma nova etapa na industrialização e no desenvolvimento da economia nacional.

Entretanto, para Santos Junior (2004, p. 20) “a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base na acumulação de capital na indústria só viria a se afirmar como hegemônica a partir da década de 1950”. Pois a partir desse período, o Brasil obteve elevados índices de crescimento industrial, tornando o setor industrial o mais dinâmico da economia. A economia brasileira teve um grande salto, pois não mais contava ap além das exportações de produtos primários, mas com os investimentos industriais passando a condicionar as mudanças na acumulação de capital no Brasil.

Segundo Bresser Pereira (1985, apud SANTOS JUNIOR, 2004, p. 21) “verificou-se que o crescimento médio anual da produção industrial, que no período da Segunda Guerra Mundial foi de 6,2%, nos dez anos seguintes aumentou para 8,5%”.

As importações passaram por um rígido controle, com o objetivo de dar mais ênfase à política de substituição de importações. Por outro lado, o governo priorizou apenas as importações de instrumentos que garantissem o crescimento do setor industrial, tais como, equipamentos, máquinas, dentre outros. Esse controle foi realizado através de uma política cambial que esgotasse as reservas do país, mantendo o controle das importações.

Santos Junior (2004, p. 22) afirma que “deste modo, o Estado garantiu a reserva de mercado para os produtos industriais e, paralelamente, garantiu a importação de insumos e bens de produção a um cambio irreal, onde o cruzeiro ficava supervalorizado e o preço destes bens reduzido”. Assim a principal política utilizada no processo industrial brasileiro durante o período de 1946 a 1955 foi uma política cambial que favoreceu o setor industrial.

De maneira a fortalecer a indústria pesada no Brasil, em 1953 criou-se a PETROBRÁS, gerando maiores índices para a indústria química, que cresceu 608% no período, motivada pela produção da PETROBRÁS (SANTOS JUNIOR, 2004).

4.1.2 Plano de Metas inflacionado

A década de 50 iniciou com a máquina do crescimento industrial funcionando a todo vapor. A economia no período pós-guerra teve o setor industrial impulsionado, utilizando das reservas acumuladas na guerra para importar instrumentos que fortalecesse a indústria nacional. Com isso as respostas das políticas adotadas para desenvolver a economia brasileira foram positivas, gerando crescimento na produção do setor de maneira significativa, tornando a atividade mais dinâmica. Ainda no início da década surgiu grandes empreendimentos como a criação de indústrias pesadas, proporcionando altos índices de crescimento. A economia brasileira passava por uma transformação intensa na sua estrutura produtiva, tanto que, a acumulação de capital passou dos excedentes das exportações para os níveis de investimentos aplicados na economia.

A prosperidade que a economia vinha vivenciando no início da década teve seu fim a partir de 1954, quando a balança vinha gerando saldos comerciais negativos, e a indústria passando por problemas que dificultava o desenvolvimento industrial. Nesse mesmo período, o Brasil ficou marcado por um processo inflacionário.

Mesmo com ótimos resultados no crescimento industrial fazendo do setor o mais dinâmico, as políticas de desenvolvimento foram adotadas sem um planejamento, que segundo Santos Junior (2004, p. 23) afirmou:

Até esse momento, apesar de o Estado ter tido papel significativo na promoção do crescimento industrial e na consolidação da indústria como setor dinâmico da economia, todo o desenvolvimento alcançado foi obtido sem muito planejamento, ou seja, grande parte do crescimento industrial foi resultado das condições adversas da economia mundial, que tiveram como efeito reduzir ou impossibilitar as importações de produtos manufaturados e gerar as oportunidades para a substituição de importações destes produtos pela produção similar nacional, processo este chamado de substituição de importações não induzido pelo Estado.

A economia em desequilíbrio não impedia o governo aumentar os gastos públicos com investimentos, acreditando num possível avanço da industrialização (LESSA, 1982, apud SANTOS JÚNIOR, 2004). Isso porque o governo acreditava que se as empresas tivessem conhecimento do problema da industrialização, as falhas da fase industrial anterior fossem reparadas, e aproveitando a vasta diversificação do setor que tornavam possíveis os

objetivos do governo, o Brasil poderia optar pela expansão industrial promovendo o desenvolvimento sem temer a instabilidade (SANTOS JÚNIOR, 2004).

O governo mantendo essa visão de desenvolvimento lançou em 1956-1960 o Plano de Metas, que tinha como objetivo intensificar a industrialização num curto prazo de tempo. Segundo Trevisan (2004, p. 97) “tratava-se de um ambicioso conjunto de objetivos setoriais, composto por 30 metas agrupadas em cinco setores (energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação) mais a construção de Brasília – considerada meta síntese”. Lembrando que o Plano de Metas foi um plano de investimentos planejado mais completo que a economia brasileira adotou, acreditando em um crescimento de cinquenta anos em apenas cinco fortalecendo ainda mais a Substituição de importações.

O Plano de Metas trouxe novas indústrias como, por exemplo, a automobilística, máquinas e equipamentos. Além da introdução de novos setores industriais, indústrias já existentes apresentaram significativa expansão como, por exemplo, a indústria química, siderúrgica e petróleo (SANTOS JÚNIOR, 2004).

Santos Junior (2004, p. 24) afirma que “o Plano de Metas gerou um crescimento médio anual do PIB de 6%, sendo o crescimento industrial de 11%”. Esse crescimento foi resultado de uma política de desenvolvimento do governo de Juscelino Kubitschek, que no geral foi dividido em dois suportes. O primeiro era ligado aos investimentos do governo em infraestrutura, o segundo era voltado a instalação e ampliação do setor industrial, dinamizando o setor e abrindo-o para o capital externo com incentivos fiscais e obtenção de crédito.

O cenário internacional era favorável devido o fim da guerra e a recuperação dos países desenvolvidos, e com a atenção dos Estados Unidos para os países latinos. Outro fator que favoreceu o desenvolvimento proposto pelo governo JK foi o incentivo dos países capitalistas de investirem na economia brasileira, de forma a produzirem bens industrializados, pois o Brasil não era apenas agrícola, mas tornou-se especializado também no setor industrial, possibilitando as instalações de empresas no país.

A nova etapa do desenvolvimento brasileiro teve como novas indústrias as multinacionais ou transnacionais inseridas no modelo de crescimento industrial. As multinacionais já existiam no Brasil desde o início do século, mas com uma pequena

participação, apenas no Plano de Metas que essas empresas estrangeiras tiveram maior participação. O capital estrangeiro veio de forma a intensificar a diversificação industrial, não precisando mais importar bens que ainda eram produzidos somente no exterior, como automóveis, fortalecendo cada vez mais a política de substituição de importações.

O processo de substituição de importação passava por alguns impasses, e o governo precisava decidir qual caminho tomar, uma substituição de bens de capitais ou bens duráveis. O governo decide então substituir as importações dos bens duráveis, tornando a produção interna desses bens predominante.

Embora o Plano de Metas tenha apresentado uma realidade abaixo do esperado em alguns setores, as previsões ainda eram satisfatórias, pois na maioria dos setores as respostas foram favoráveis. Apesar do plano não ter atingido todas as metas esperadas, a economia mostrava taxas de crescimento durante o período de 1956.

Realmente a economia brasileira vinha respondendo bem ao Plano de Metas, tendo o crescimento esperado durante os cinco anos de realizações. Entretanto, o crescimento econômico não durou mais do que os cinco anos prometidos pelo governo, passando por uma estagnação que durou até o Milagre Econômico brasileiro (1968 - 1973), onde a economia voltaria à estabilidade.

Após uma difícil transição durante o ano de 1956, a economia cresceu a uma taxa média anual de 9,4%, o produto industrial cresceu em média de 11,4%, o produto do setor de serviço cresceu 10,2% e o agrícola 5,4% no mesmo período. Portanto, verifica um crescimento anual médio na inflação de 25,3% (TREVISAN, 2004). Conforme os valores, a agricultura foi o setor de menor crescimento na economia, mostrando a priorização do setor industrial no processo de substituir as importações.

Apesar dos resultados positivos do crescimento industrial, a economia apresentou um déficit na Balança de Pagamentos no final da década de 50. O déficit foi resultado das elevadas importações realizadas para investir na substituição de importações dos bens duráveis estimulado pelo Plano.

Não só o déficit da Balança de Pagamentos assolava a economia. Segundo Trevisan (2004, p. 101) “no período de vigência do Plano, o perfil da dívida externa piorou significativamente, passando de menos de US\$ 2,0 bilhões em 1955 para US\$ 2,7 bilhões em

1960”. Isso levou o Brasil a solicitar empréstimos ao FMI, que impôs condições não aceitas pelo governo. Nessas condições o governo prefere continuar o modelo de desenvolvimento rompendo com o FMI, perdendo as oportunidades de empréstimos e intensificando cada vez mais o déficit.

O motivo do rompimento com o Fundo foi porque o mesmo exigia do governo brasileiro a diminuição dos investimentos, pois diminuiria a quantidade de empréstimos estrangeiros e de importações que subsidiava a substituição de importações, diminuindo os riscos econômicos. No entanto, a alternativa do Fundo era contrária aos objetivos do Plano, fazendo o Brasil romper com o FMI. As consequências desse rompimento não custaram barato para a economia brasileira, pois segundo Furtado (2000, apud TREVISAN, 2004) o empréstimo foi negado, provocando uma crise financeira, com esgotamento de crédito externo, reduzindo operações realizadas no mercado financeiro e aumentando as taxas anuais de inflação.

A inflação brasileira aumentou pouco mais de 15% no período de 1958 e 1959, apresentando índices anuais médios cada vez maiores nos anos posteriores. O desequilíbrio da inflação provocou a queda do crescimento industrial, causando uma crise econômica. Lamounier (1994, p. 146 apud TREVISAN, 2004, p. 102) afirma que, “na política econômica, JK vingou-se de seus antecessores, deixando aos seus sucessores a herança ainda pior do que a que havia recebido”.

Diante desse cenário, as empresas nacionais sofreram com a crise, por serem precárias em capital e tecnologia. Muitas empresas nacionais fecharam por incapacidade de competição, beneficiando as multinacionais detentoras de capital e tecnologia que além de não se preocuparem com a concorrência externa, com a crise vinha tendo uma quota maior no mercado por diminuição de concorrentes devido às extinções de algumas nacionais (FURTADO, 2000, apud TREVISAN, 2004).

O Plano de Metas foi importante para o desenvolvimento e modernização da economia brasileira, proporcionando taxas satisfatórias de crescimento e um fortalecimento da industrialização. Por outro lado, o Plano de Metas deixou de herança uma economia desequilibrada para o governo posterior. Inflação acelerada, déficit na Balança e dívida externa seriam os problemas a serem resolvidos, pelos futuros governos.

Os governos posteriores tinham como missão primordial a sustentabilidade econômica, tentar reequacionar as contas e deflacionar o processo inflacionário a níveis controláveis. Os dois governos posteriores a JK não tiveram êxito, provocando desequilíbrios políticos maiores. No governo militar a economia foi controlada, mesmo que tenha passado momentos de crises.

O governo Jânio Quadros desvalorizou a taxa de câmbio e procurou conter os gastos com políticas internas deflacionistas. Em 1961 o governo conseguiu prolongar o prazo da dívida para depois de 1966. Entretanto a renúncia de Jânio interrompeu a continuidade de suas políticas econômicas (TREVISAN, 2004).

Após a renúncia de Jânio, assume João Goulart através de um regime parlamentarista, no governo, Jango traçou o Plano Trienal que tinha como meta o desenvolvimento econômico. Porém Trevisan (2004, p. 110) afirma que: “o governo de João Goulart, que perdurou até 01/04/1964, caracterizou-se também por um período de grande instabilidade no que diz respeito à condução econômica”.

As reformas do governo tinham como medida combater a inflação sem deixar de lado a industrialização, dando continuidade ao processo de substituição das importações para alcançar o desenvolvimento. Portanto, os resultados não foram dos mais satisfatórios, pois diante da situação podemos observar na Tabela 1 abaixo o processo inflacionário e industrial do início do Plano até o fim do governo Jango.

Tabela 1 – Indicadores Econômicos – Brasil: 1955 – 1964

(Taxas de crescimento anual %)			
Ano	PIB¹	Industria¹	Inflação²
1955	8,8	11,1	12,15
1956	2,9	5,5	24,57
1957	7,7	5,4	6,95
1958	10,8	16,8	24,38
1959	9,8	12,9	39,44
1960	9,4	10,6	30,46
1961	8,6	11,1	47,79
1962	6,6	8,1	51,60
1963	0,6	-0,2	79,91
1964	3,4	5,0	92,12

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dado de Trevisan (2004, p. 99).

Apesar do crescimento da inflação, a economia brasileira estava respondendo bem ao crescimento do produto e da indústria até 1961. A crise econômica veio a estourar logo em seguida, tornando o cenário econômico mais instável com uma queda tanto do produto como da indústria atingindo em 1963 um crescimento do PIB de 0,6% com a indústria alcançando índices negativos de -0,2% e a inflação no pico de 79,91. O ano de 1963 foi definido como o pior em todo o período, pois apesar da inflação em 1964 ter alcançado os 92,12%, mas o crescimento do PIB foi de 3,4%, enquanto em 1963 a inflação era de 79,91%, mas o produto era apenas 0,6%.

O cenário econômico não estava satisfatório no governo de João Goulart, o país não só passava por crises econômicas como também enfrentou crises políticas, que segundo Trevisan (2004, p. 117):

A crise política que já vinha se agravando tomava proporções assustadoras. A intensificação dos conflitos políticos e sindicais, somada à instabilidade política tanto interna quanto externa desde governo, fazia com que qualquer política econômica (monetária, fiscal ou cambial) fosse fadada ao insucesso. A condução da política cambial espalhava a degradação da credibilidade no governo.

O governo de João Goulart foi considerado o mais conturbado, devido à crise econômica que estava fora de controle, com elevados índices de inflação nos patamares de 92,12% em 1964 (Tabela 1 acima), e a crise política que não favorecia a estabilidade econômica. Em 1964 os militares assumem o governo, deportando João Goulart do cargo de presidência, lançando Castelo Branco ao governo com a missão de equilibrar a economia preparando para uma nova fase de crescimento com taxas de inflação controláveis.

4.2 Governo militar: o reajuste da economia

A economia brasileira após um intenso crescimento não resistiu ao problema inflacionário, provocando desequilíbrios econômicos e políticos posteriormente. Após uma instabilidade agravante do governo de João Goulart, o país passou por um golpe militar, dando início a um governo autoritário gerido por membros militares.

Para que os militares tivessem pleno poder autoritário para dirigir a política do Brasil e, supostamente conduzir a economia ao equilíbrio precisou intitular Atos Institucionais (AI). Os Atos propostos pelo governo vinham de forma a deliberar pleno poder ao executivo, que dentre suas ações deram ao governo a possibilidade de imunidade parlamentar, com cassação de mandatos políticos. Sendo que no AI-5 segundo Gremaud, Saes e Toneto Junior (1997, p. 171) afirmam que: “o AI-5 dava poderes para o presidente fechar o Congresso, intervir nos demais níveis de governo (estaduais e municipais), cassar políticos, demitir funcionários públicos e membros do Poder Judiciário”.

Diante da autoridade exercida pelo governo, a organização política e econômica era conduzida mediante um cenário de crise. Os Atos Institucionais davam poder ao governo para reprimir e adotar políticas econômicas firmes, forçando a convivência da crise para a estabilidade futura do sistema brasileiro.

O primeiro presidente a assumir o governo brasileiro no período militar foi Castelo Branco, que diante do cenário que o país se encontrava suas principais metas foram organizar a economia brasileira para uma nova fase de crescimento. Durante o primeiro mandato do governo militar foram aplicadas reformas institucionais, que se preocupavam mais com o combate e/ou controle da inflação do que o crescimento, por isso o período que se estende de 1964 até o Milagre em 1968 foi de crise.

4.2.1 Solução do processo inflacionário

Em 1964 o Brasil se encontrava em um estado de crise, tanto na visão política como econômica, as taxas de inflação elevaram a níveis significativamente altos tornando o custo de vida elevado. A economia não só tinha acelerado o processo inflacionário como existia uma queda no crescimento do PIB e na indústria, como pode ser visto na Tabela 1 acima, o produto e a indústria obtiveram valores baixos, enquanto a inflação atingiu os 92,12%.

Esses e outros fatores de características políticas deram fim ao governo de João Goulart dando início a um governo ditatorial, que era composto por uma cúpula de militares

que aproveitaram da força e do poder para adotar reformas contra a inflação e preparando o terreno para a retomada ao crescimento.

Os primeiros anos do governo militar foi caracterizado por uma intensa crise que durou até 1968 quando a economia retomaria o crescimento econômico. O governo diante da crise, não teve dificuldade na condução das reformas por ser imune a pressão de grupos de interesses.

Segundo Singer (1982, p.55) “os sindicatos perderam sua autonomia face ao poder estatal, as greves por aumento de salários foram praticamente proibidas e, a partir de 1965, foi adotada uma política salarial uniforme para todo o país”. A partir daí qualquer reforma salarial ficaria a cargo do governo, pois o mesmo tinha um poder autoritário e centralizador.

Inicialmente a crise se dá principalmente pelo arrocho salarial, devido o custo de vida ter elevado por causa da inflação, os trabalhadores menos qualificados que ganhavam apenas o mínimo, tinham seus salários corroídos. A medida com que essa política foi tomada fez com que a crise fosse inevitável, portanto essencial para cortar o nó da inflação.

Para conter a inflação não bastava apenas adotar políticas de controle salarial para combater o processo inflacionário. Houve mudanças no sistema de arrecadação de tributos, melhorando as receitas do governo, que contribuiu para diminuir o déficit público. Já o déficit do orçamento da União foi limitado, devido à diminuição das inversões públicas, que foi financiado em grande parte ampliando a dívida pública (SINGER, 1982).

A proibição dos reajustes dos salários não foi o único caminho que o governo utilizou para frear o aumento da demanda efetiva. As linhas de créditos tiveram os meios de pagamentos limitados, desestimulando a obtenção do crédito, dificultando a demanda, pois a queda da demanda resultaria na diminuição dos preços. Portanto, a economia utilizou das políticas tributárias, creditícias e salariais como armas de combate inflacionário.

Diante dos instrumentos necessários no sentido de frear a inflação o governo não a eliminou, apesar de as políticas adotadas terem ajudado a economia a manter o controle do processo inflacionário e estabilizada. Diante dos resultados Singer (1982, p. 55) afirma que, “a inflação, que atingiu seu auge em 1964, começou a regredir daí em diante e, a partir de 1967, estabilizou-se ao redor de 20 a 25% ao ano”.

A política anti-inflacionária adotada após 1964 provocou uma retração do crescimento econômico, já que houve uma queda na demanda por investimento, uma vez que havia incertezas de um cenário estável após a crise no primeiro período da década de 60 e, o crédito limitado que desestimulavam os investimentos. Outro fator que contribuiu para a redução do crescimento foi a queda da demanda por bens de consumo estimulados pela contenção dos salários.

No entanto, os valores constantes em cruzeiros dos investimentos realizados pela indústria caíram de Cr\$270,2 milhões em 1962 para Cr\$244,3 milhões em 1963, para Cr\$202,6 milhões em 1964, para Cr\$193,8 milhões em 1965 (SINGER, 1982). Os investimentos só voltaram a crescer no ano seguinte, mas a uma taxa ainda inferior ao do período inicial da queda.

A diminuição dos investimentos das indústrias no início da década de 60 foi pelo fato de que o país estava sendo assolado pela inflação, tornando os investidores inseguros com a economia brasileira. Essa afirmação pode ser analisada na Tabela 1 a cima com os dados de crescimento do produto e indústria entre 1962-1964, em que o PIB e a indústria tiveram crescimento inferior aos quatro anos anteriores. Somente a partir de 1964 que a queda dos investimentos foi resultado das políticas governamentais de combate à inflação.

A diminuição da demanda por bens de consumo é provocada pela comparação dos salários concedidos e o elevado custo de vida, que devido à prisão dos salários ao mínimo ocasionado pelo arrocho, o valor real dos salários sofreu cortes de até 25%.

A crise econômica que o país viveu durante o período de 1962-1967 era necessária, devido o processo de desenvolvimento realizado no período anterior. Portanto, a inflação gerada durante o período de crescimento acelerado do Plano de Metas foi controlada. Confirmando a hipótese que o controle da inflação impulsiona na paralisação do desenvolvimento.

Por fim, sabia-se que a inflação que assolava a economia era consequência de uma demanda desenfreada do alto crescimento da década de 50. Entretanto, conter o crédito e concentrar salários, foi apenas algumas das medidas do governo para reduzir a demanda para manter a inflação em níveis toleráveis. Para que a economia pudesse voltar a crescer sem desequilíbrio, eram necessárias reformas que reestruturassem uma economia em estado de

estagnação. Portanto, o governo criou em 1964 seu primeiro plano econômico chamado de PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo).

4.2.2 As reformas estruturais do PAEG

O Brasil se encontrava em uma situação de intensa crise econômica e política proveniente dos governos anteriores. A crise que assolava o país no início da década de 60 impedia o estímulo à poupança, investimento e, conseqüentemente, a produtividade. Diante da situação Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997, p. 176) afirmam que “o encaminhamento destas questões foi feito pelo PAEG, elaborado por Roberto Campos e Octavio Bulhões, foi um plano de estabilização combinando com amplo espectro de reformas institucionais”.

Uma vez que a inflação que predominava no período era resultado de um excesso de demanda, provocado por ganhos na renda, crédito expandido e gastos públicos elevados. Desta maneira era inevitável a aceleração do processo inflacionário, portanto o PAEG vinha com medidas de controle inflacionário. No entanto, precisou criar programas institucionais para reformular as principais causas da inflação, ou seja, reduzir a demanda através de mudanças conjunturais nos pontos que estimulavam a demanda.

De acordo com Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997, p. 177) “a principal medida adotada pelo PAEG foi o reconhecimento da economia brasileira como uma economia inflacionária e a introdução de regras de correção monetária, permitindo o convívio com a inflação”. Com base nos problemas da economia o Plano veio com metas de reformar o sistema cambial, salarial, creditício e tributário.

Conforme as metas o PAEG pretendia diminuir a inflação pela redução da oferta monetária, déficit público e uma nova política salarial. Essas medidas foram realizadas via reformas institucionais nos âmbitos fiscal, trabalhista, monetário e de relações externas.

4.2.2.1 Reforma Fiscal

A reforma fiscal tratava de mudanças no sistema tributário e orçamentário brasileiro, no qual houve a criação e substituição de alguns impostos. O foco principal dessa reforma era a redução do déficit público através da diminuição dos gastos e uma ampliação das receitas do governo.

Portanto, as decisões de regras eram de responsabilidade do governo federal eliminando a autonomia dos estados e municípios sobre os impostos, uma vez que os Atos Institucionais deram autoridade ao governo federal de intervir nos estados e municípios. Neste caso os estados e municípios tiveram fundos de participação tributária que não davam capacidade de criação de regras, mas davam capacidade de redistribuição regional da renda.

A distribuição da renda eram parcelas das arrecadações que o governo federal transferia para os estados e municípios. Isso porque o governo tinha se tornado centralizador, preferindo ter o poder e controle das tributações como meta de dirigir a política fiscal a risca, concentrando a maior parte das arrecadações, criando o fundo para evitar o estrangulamento dos estados e municípios.

O poder fiscal majoritário por parte do governo federal, deixava os estados e municípios sem ação de criação e participação na política fiscal, uma vez que os mesmos poderiam interferir de forma contrária aos objetivos do governo. Com isso, a fidelidade dos estados e municípios perante o governo federal ampliou, pelo simples motivo que suas receitas dependiam cada vez mais das transferências do governo federal (GREMAUD, SAES E TONETO JÚNIOR, 1997).

A nova redefinição da carga tributária deixou os impostos de maior influência econômica a cargo da União. Com isso os demais níveis de governo permaneciam numa dependência da grande centralização fiscal brasileira, que teve seu término com a Constituição de 88 quando os estados e municípios passaram a ter maior peso na arrecadação.

A reforma fiscal não se restringiu apenas na nova carga tributária e redução dos gastos. Durante as reformas do PAEG surgiram as poupanças compulsórias dado pelos fundos parafiscais como o FGTS e o PIS. Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2007, p. 397) afirmam que, “Esses fundos vieram em substituição a algumas características até então

existentes na legislação trabalhista: a questão da estabilidade do emprego no primeiro caso e a participação no lucro no segundo”.

4.2.2.2 Reforma trabalhista

No âmbito da reforma trabalhista houve a criação do FGTS que assegurava, após 10 anos de trabalho, uma compensação ao trabalhador em caso de demissão, porém acabava com a estabilidade do emprego. O FGTS também era de âmbito fiscal, pois era um percentual da renda do trabalhador arrecadado pelo governo na forma de poupança compulsória, que poderia ser movimentada através de demissão, falecimento do trabalhador, extinção da empresa, por motivos de doenças entre vários outros.

Outra grande reforma da política trabalhista foi no âmbito salarial, que passou a ser administrada pelo governo, limitando as determinações dos sindicatos. A política salarial deveria estabelecer o impedimento de reajustes que alimentassem o processo desequilibrado da inflação, mas cumpriria com um princípio de reajustes anuais e consideraria a taxa de produtividade como medida de correção salarial.

Portanto, nos anos que decorrem a implantação das políticas, o que se encontrou foi um arrocho salarial como uma das metas de controle da inflação pelos custos. Lembrando que o governo tinha capacidade de concentrar a renda, já que o processo de ajuste era de responsabilidade do governo, causando repressões às organizações trabalhistas, vista que tais repressões eram desacato ao governo.

4.2.2.3 Reforma monetária

A reforma monetária aplicada no programa tinha como objetivo primordial a condição para conduzir a política monetária e a ampliação da poupança. Com isso o governo planejava obter o controle monetário, para isso criou o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional.

O BACEN era o órgão responsável pelo controle da política monetária e cambial, determinando a demanda e oferta por moeda na economia através de taxas de depósito

compulsório e redescontos, mantendo controle e fiscalização sobre a quantidade de dinheiro ofertado pelos bancos comerciais. Já o CMN substituiu a SUMOC passando a definir as metas que seriam atingidas.

Outra grande medida da reforma monetária foi a ampliação da poupança e a introdução da correção monetária. As taxas de juros reais aumentaram estimulando a poupança e desestimulando o crédito, uma vez que os créditos já estavam limitados. Assim abandonaram a lei da Usura de 1933 que fixava uma taxa de juros nominal em 12% ao ano (GREMAUD, SAES, TONETO JÚNIOR, 1997).

Neste mesmo período criaram o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação, que através do FGTS procuravam diminuir os déficits habitacionais com a capacidade de aquisição da casa própria.

Houve alterações no sistema financeiro com reformas no mercado de capitais que, ocasionou na lei que determinava as atuações dos agentes financeiros. Gremaud, Saes e Toneto Júnior (2007, p. 399) afirmam que:

O quadro institucional que se formou baseava-se no modelo norte- americano (em oposição ao modelo europeu), caracterizado pela especialização/segmentação do mercado, existindo instituições especializadas que atenderiam a segmentos específicos do mercado de crédito, com base em instrumentos de captação determinados.

4.2.2.4 Reforma nas relações externas

No âmbito das reformas nas relações externas o princípio era o desenvolvimento econômico, eliminando problemas na substituição de importações, evitando desequilíbrios no Balanço de Pagamentos. Para isso o governo tinha o incentivo de melhorar o comércio exterior, estimulando incentivos às exportações, para isso o governo subsidiava o setor exportador com isenções fiscais. Do lado das importações o governo através de uma política tarifária, introduzia tarifas aos produtos importados, com o intuito de controlar as importações mantendo controle do PSI (Processo de Substituição de Importações).

Para manter a Balança de Pagamentos longe de qualquer pressão, foi adotada uma nova medida no sistema cambial. As exportações e importações não podiam ser

controladas apenas por métodos subsidiários e tarifários, mas precisava de um regime cambial simplificado e unificado para transações com o comércio exterior. Portanto, o governo adotou um sistema de minidesvalorização para atingir os desestímulos às exportações causadas por valorização cambial.

Outra medida da reforma foi a renegociação da dívida externa, que buscou prolongar o prazo e realizou um acordo de garantia para o capital estrangeiro. O programa também proporcionou ao Brasil a internacionalização financeira, que de acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2007, p. 401) “possibilitava a captação de recursos externos pelos bancos comerciais e de investimento para repasse interno”.

4.2.3 Resultado das reformas: uma economia preparada

As reformas do PAEG mudaram o cenário que se encontrava a economia brasileira, possibilitando a retomada do crescimento. As reformas adotadas nos primeiros anos de ditadura proporcionaram ao país uma convivência pacífica com a inflação, adaptando a economia brasileira a uma economia industrial novamente.

As políticas adotadas contiveram o desequilíbrio resultado do governo passado e, manteve o controle econômico preparando o país para o crescimento. Apesar dos objetivos alcançados que tiveram as reformas, durante o período a economia brasileira conviveu com a crise para estabelecer novamente um cenário econômico favorável para o crescimento.

O déficit público reduziu ao longo do período de 4,2% do PIB para 3,2%, depois para 1,6% e, por último, para 1,1% do PIB entre os anos de 1963 e 1966 (TREVISAN, 2004). A queda do déficit foi resultado de uma política fiscal que ampliou as arrecadações do governo e reduziu os gastos públicos.

Apesar dos bons resultados econômicos trazidos pelo PAEG, o programa trouxe consigo péssimos resultados sociais, por exemplo, a concentração salarial e a elevação da taxa de juros. Os salários sofreram perdas reais, e a taxa de juros aumentou desestimulando a tomada por crédito, já que o problema inflacionário era resultado de uma demanda excessiva. No entanto, as políticas fiscais de limitação do crédito ocasionaram falência e fusões entre empresas.

Durante o PAEG a taxa de inflação reduziu, mantendo em níveis controláveis, mesmo que durante o período o crescimento do produto não tenha sido satisfatório (Tabela 2 abaixo), portanto, a meta era o combate à inflação. Outras metas adotadas no PAEG foram à criação de fundos de poupança compulsória como o FGTS e o PIS que, mesmo de maneira indireta reforçou a poupança. Vale lembrar que uma das principais metas do governo para conduzir a política econômica era o aumento de poupança.

Tabela 2 – Indicadores Econômicos Brasileiros: 1964 – 1967

Ano	(Taxa de crescimento anual %)				
	PIB ¹	Industria ¹	Agricultura ¹	Serviços ¹	Inflação ²
1964	3,4	5,0	1,3	1,4	92,12
1965	2,4	-4,7	12,1	2,3	34,22
1966	6,7	11,7	-1,7	6,6	39,11
1967	4,2	2,2	5,7	4,6	25,02

Fontes: Elaborado pelo autor a partir de dado de Trevisan (2004, p. 126).

Em 1964 a taxa de inflação encontrava-se em níveis elevados de 92,12% a.a decorrente do processo inflacionário de um crescimento acelerado. O PAEG aplicado pelo governo militar veio como ferramenta para inibir esse crescimento acelerado, e reduzir a inflação que se encontrava em índices elevados.

De acordo com os dados da Tabela 2 acima observa que os programas do PAEG surtiram efeitos positivos na redução da inflação, passando de 92,12% em 1964, auge da crise, para 34,22% em 1965. A redução da inflação nos primeiros anos de governo foi realmente significativa, resultando numa queda de mais de 50% no índice. Em 1966 a inflação volta a aumentar, destacando índices de 39,11% a.a contra 34,22% do ano anterior.

Esse aumento no início do período ocorreu porque o governo detectou a existência de inflação reprimida do período anterior, resultando numa política de liberalização dos preços chamada de inflação corretiva, possibilitando aumento nos preços e liberando os alugueis congelados (ABREU, 1990, apud TREVISAN, 2004).

Por outro lado o combate à inflação tinha como consequência o crescimento decrescente do PIB. Segundo os dados da Tabela 2 acima, verifica-se que o produto sofre uma queda de 3,4% em 1964 para 2,4% em 1965, provocado pela redução das taxas do setor industrial que em 1965 cai a uma taxa negativa de 4,7%. Portanto nesse mesmo período os

danos da indústria foram compensados pelo desempenho agrícola, que mediram um crescimento anual de 12,1%.

O crescimento da indústria de 11,7% registrado no ano de 1966 foi resultado de uma capacidade ociosa gerada pelos anos de crise, mais a oferta de crédito do ano anterior (ABREU, 1990, apud TREVISAN, 2004). Portanto, com as reformas de controle e fiscalização da oferta de moeda limitando o crédito, a indústria cresce apenas 2,2% no ano de 1967 (Tabela 2 acima).

A Balança Comercial que vinha com queda no início da década de 60 voltou a apresentar resultados positivos em 1964. Os resultados da balança podem ser verificados na Tabela 3 abaixo com dados do período de 1964-1967.

Tabela 3 – Exportações, Importações, Saldo da Balança Comercial: 1964 – 1967

Ano	Exportações	Importações	Saldo da Balança Comercial
1964	1430,0	1086,0	344,0
1965	1596,0	941,0	655,0
1966	1741,0	1303,0	438,0
1967	1654,0	1441,0	213,0

Fontes: Elaborado pelo autor a partir de dados de Trevisan, (2004, p. 127).

As exportações tiveram crescimento nos respectivos anos de 1964-1966, o crescimento das exportações em 1967 foi inferior ao do ano anterior, porém superior aos índices demonstrados em 1964 e 1965 (Tabela 3 acima). As importações não sofreram redução durante o período, apenas em 1965 que obteve valor inferior comparado aos demais períodos, porém as importações mantiveram em montantes inferiores as exportações.

A Balança Comercial apresentava superávits, mas de maneira decrescente ao longo do tempo. Os dados da Balança em 1967 foram inferiores ao do início do período em 1964. Mas apesar da queda os superávits se sustentavam devido à diferença entre as exportações e importações, que em 1965 o Brasil obteve um aumento surpreendente nas exportações e uma diminuição significativa das importações, resultando num crescimento acentuado na Balança Comercial.

Com a diminuição das exportações em 1966 e 1967 seguidos de um acréscimo das importações, a Balança demonstra queda a partir de 1966 (Tabela 3 acima), isso porque a

diferença entre exportações e importações se tornou cada vez menor. A economia estava voltando a importar, portanto o superávit comercial ainda era mantido.

Diante de todas as reformas expostas e da crise econômica existente, o PAEG controlou o processo inflacionário. O Brasil estava preparado para uma nova fase de crescimento, e o cenário propício para o convívio com a inflação e a retomada para uma economia industrial. O PAEG arrumou a casa através de política de estabilização e reformas institucionais, preparando o terreno para o período posterior conhecido como “Milagre Econômico” (TREVISAN, 2004).

4.3 Um milagre aconteceu: a retomada do crescimento

O Plano de Metas durante a década de 50 foi considerado o plano de governo projetado de maiores resultados para a economia, proporcionando altas taxas de crescimento e ampliação do setor industrial. Mas apesar de completo o Plano, além do crescimento, trouxe problemas como uma inflação desgovernada.

Os anos que sucederam o Plano de Metas são de intensa crise política e econômica, mas o governo militar que assumiu após o golpe, aplica reformas institucionais para reorganizar o cenário brasileiro com metas de controlar a inflação. O objetivo do governo era a retomada do crescimento econômico iniciando pela estabilização da economia nos primeiros anos.

Apesar da intensa crise da década de 60, a economia brasileira estava estabilizada dando início em 1968 a um novo ciclo de crescimento que, ficou conhecido como Milagre Econômico Brasileiro.

O Milagre teve um processo de industrialização bastante parecido com o do antigo modelo de desenvolvimento de Juscelino, mas com as vantagens do conhecimento das falhas do modelo. O governo aplicou um processo semelhante adicionado com programas anti-inflacionários, para que a economia tivesse força de crescer em altas taxas mantendo a estabilidade econômica.

Por muitos anos o Milagre ficou conhecido como o período em que a economia brasileira apresentou altas taxas de crescimento. Mas diante dos fatos ocorridos antes e

durante o período, apenas o conceito de alto crescimento não explica o significado do Milagre, mas sim o conceito de alto crescimento com inflação controlada e equilíbrio da Balança.

Isso se deve pelo fato de que, quando a economia cresce além dos limites sustentáveis ela provoca inflação e desequilíbrio pelos seguintes fatores: como o crescimento do produto é diretamente proporcional à produtividade, então quando a economia cresce, os salários crescem. Como a economia não tem bens o suficiente para atender a vários consumidores com mais poder de compra, os preços sobem causando inflação. Caso os bens externos sejam mais baratos, com o consumidor possuindo mais dinheiro, e se deparar com os preços internos superiores, o consumidor demandará produtos do exterior, causando uma elevação nas importações e provocando um déficit na Balança, provocando desequilíbrio externo.

No entanto, as péssimas condições sociais foi o preço pago para implantar as políticas e sustentar o conceito de alto crescimento com estabilidade econômica no período, por isso que o “Milagre” foi apenas econômico.

4.3.1 Os ingredientes de um Milagre

No ano de 1967 a inflação brasileira atingiu uma taxa em torno dos 25,02% (Tabela 2 acima), sendo considerado um valor razoável a se manter, portanto, a partir desse período o foco do governo passa a ser o crescimento econômico, dando início a várias políticas de crescimento com o controle da inflação e da Balança.

O Milagre Econômico ocorreu durante os anos de 1968-1973, e foi o período de prosperidade do ponto de vista econômico, pois o país teve taxas elevadas de crescimento do PIB com índices satisfatórios da indústria, serviços, inflação e equilíbrio econômico. Mas a prosperidade econômica foi cara para a população, pois o período também destaca o aumento da desigualdade social.

O crescimento do produto dos países capitalistas desenvolvidos faz lembrar a teoria da Mais-Valia de Marx, ou seja, o trabalho excedente. Isso porque os países desenvolvidos cresceram explorando o trabalhador, submetendo-os a longas jornadas, com

baixos salários e péssimas condições de trabalho. A Mais-Valia como ingrediente principal da receita de crescimento desses países, se deve também pelo fato de que na época não existia mecanismo financeiro, submetendo os trabalhadores a gerarem a Mais-Valia como método de reinvestir na acumulação de capital.

No Brasil se utilizou o mecanismo de financiamento como ingrediente primordial para a receita do crescimento econômico. Isso se deve segundo Kanitz (1994, p. 3) “A criação no Brasil de mecanismo como a resolução 63 e a resolução 4.131, ainda na década de 1960, abrem as portas para a poupança internacional”.

O Brasil tinha o propósito de aumentar a poupança da economia, segundo Furtado (1988, p. 213) afirma que “para que o crescimento ocorresse de forma acelerada, houve um maior interesse do Governo em captar no mercado internacional os recursos necessários para completar a poupança interna”. O cenário externo era favorável para o Brasil, pois as taxas de juros cobradas pelos países desenvolvidos estavam no patamar dos 3%, incentivando a tomada de empréstimos por parte das empresas estatais e privadas.

Antes de 1964 o Brasil apenas captava capitais estrangeiros, que são as empresas multinacionais instaladas em território nacional, levando partes da renda para a matriz no país de origem. Com a captação de empréstimos financeiros, o Brasil obteria as altas taxas de retornos subtraídas com as baixas taxas de juros, mantendo a renda no país.

Kanitz (1994, p. 3-4) afirma que “No fundo, nós crescemos substituindo a mais-valia marxista pela mais-valia financeira”. No entanto, o Brasil não explorava apenas os poupadores externos, mas os trabalhadores assalariados foram também bastante explorados. Entretanto, o fato do Brasil ter tido acesso a dinheiro com baixos juros, incentivou o país a realizar empréstimos altíssimos elevando a dívida externa. Em respeito da dívida Kanitz (1994, p. 4) ² comenta que:

² Considerando uma taxa de juros fixa realmente o endividamento a juros baixos pode ser a melhor alternativa para o financiamento do crescimento, mas vale lembrar que, o endividamento a juros baixos ajudou a empurrar a economia brasileira para a crise dos anos 80, pois apesar dos juros serem baixos os bancos tinha capacidade de provocar flutuações para cima nas taxas de juros.

Boa parte da opinião pública brasileira vê, equivocadamente, com muito maus olhos qualquer processo de endividamento, e esquece que uma dívida com juros baixos é melhor coisa que pode acontecer a um país. Desaconselhável é endividar-se a juros estratosféricos, como ocorreu em 1994, com as taxas atingindo níveis de 25% ao ano.

A dívida externa brasileira aumentou durante o período que decorre o Milagre (Tabela 4). O aumento da dívida é incentivado pelo aumento dos meios de pagamentos, que são as reservas de moeda estrangeira que o país contém originados do superávit da Balança.

Tabela 4 – Dívida externa e variação de reservas: 1968 – 1973

Em US\$ milhões		
Ano	Varição das reservas	Dívida externa bruta
1968	20,0	3780,0
1969	549,0	4403,3
1970	378,0	5295,2
1971	483,0	6621,6
1972	2369,0	9521,0
1973	2145,0	12571,5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2005, p.406).

Verifica-se que a dívida aumentou em 1968 de US\$3780,0 milhões para US\$4403,3 milhões em 1969, sendo que nos anos seguintes os valores da dívida foram crescentes, até atingir o patamar dos US\$12571,5 milhões em 1973 (Tabela 4 acima).

A variação das reservas vista na tabela 4 acima mostra resultados crescentes e decrescentes durante o período do Milagre, crescendo entre os anos de 1968 para 1969, mas caindo no ano seguinte. Apesar da oscilação da variação de reservas, seus valores foram positivos em todos os anos que decorreu o crescimento. Esses resultados foram provocados pelo superávit da Balança Comercial, que mantiveram sempre as exportações acima das importações, sendo que, em 1968 ainda no início do surto as importações foram elevadas, mas inferiores às exportações, obtendo um baixo valor de reserva.

Essa necessidade de importar no início do crescimento foi resultado de uma necessidade de consumo de máquinas e equipamentos para a produção industrial interna, uma vez que no início da década de 1970 o setor industrial de bens de consumo duráveis era mais visado. Nos anos seguintes as exportações saltam junto a uma menor necessidade de

importar, resultando em um crescimento elevado nas reservas que saltam de US\$483,0 milhões em 1971 para US\$2369,0 milhões em 1972 (Tabela 4 acima).

As reservas brasileiras davam seguridade para a tomada de empréstimos ao exterior, já que a economia brasileira andava bem e o país tinha meios de pagamentos positivos para cobrir os financiamentos, além dos incentivos fiscais externos de uma taxa de juros de 3%.

Outro ingrediente adicionado na receita do crescimento foi associar equipamentos ao trabalhador para elevar a produtividade, mas isso não significa que as condições de trabalho na época foram melhores, pois se sabe que as indústrias não ofereciam estruturas mantendo o trabalhador a péssimas condições de trabalho.

A produtividade da força de trabalho não implicou em melhores salários, pois para produzir o crescimento sem inflação, políticas populares estavam fora da receita. O arrocho salarial implantado nas reformas do PAEG foi mantido durante o ciclo de crescimento no período. Por isso, a concentração dos salários deu pelo fato da economia necessitar de mão de obra qualificada, desfavorecendo a não qualificada.

O crescimento econômico da década de 70 ainda continuou sendo alimentado pelo processo de substituição de importações, que primeiramente só foi possível graças à capacidade ociosa instalada. Segundo Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997, p. 186) afirmam que “dada a capacidade ociosa existente, decorrente dos anos de estagnação anteriores, as políticas expansionistas puderam levar a um aumento significativo do produto sem maiores pressões em termos de inflação, necessidade de investimento e desequilíbrio externo”.

Os gastos do governo influenciaram bastante para o crescimento econômico da época investindo em obras faraônicas. Os gastos públicos direcionavam em obras como transporte, energia e infraestrutura, sendo que algumas delas eram inúteis para o desenvolvimento da época. Mas do que isto, algumas com evidente desperdício a transamazônica.

O Milagre Econômico propôs uma gama de ingredientes que do ponto de vista dos fatores internos, as políticas de desenvolvimento foram um sucesso no âmbito econômico. Pois a receita de crescimento do “bolo” obteve êxito no campo econômico, mas imperfeita no campo social, uma vez que a repartição do bolo ficou apenas na expectativa.

Por outro lado o governo deu um maior peso para as empresas estatais, em que os investimentos aplicados nas mesmas renderam lucros satisfatórios para a economia.

4.3.2 Desempenho econômico no Milagre

As políticas adotadas em meados da década de 60 para início de 70 proporcionou um surto de crescimento econômico nunca visto na história do país. A taxa média de crescimento encontrava-se acima dos 10% a.a, com destaque o setor industrial e, a taxa de inflação permaneceu entre 15 a 20% a.a na época (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2007).

O setor industrial estava em baixa durante a recessão do período anterior, isso porque em 1964-1967 a missão do governo era o combate da inflação e organização econômica. Em 1968 houve a retomada do crescimento com a volta do setor industrial operando a todo vapor, obtendo altas taxas de crescimento (Tabela 5 abaixo). Esse crescimento industrial foi resultado da grande capacidade ociosa gerada no período de crise, que com os grandes investimentos obtidos através dos financiamentos externos pôde operar com toda força.

Tabela 5 – Produto – taxa de crescimento e inflação (%): 1968 – 1973

Ano	Produto	Indústria	Agricultura	Serviços	Inflação
1968	9,8	14,2	1,4	9,9	24,8
1969	9,5	11,2	6,0	9,5	18,7
1970	10,4	11,9	5,6	10,5	18,5
1971	11,3	11,9	10,2	11,5	21,4
1972	12,1	14,0	4,0	12,1	15,9
1973	14,0	16,6	0,0	13,4	15,5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2005, p.402 e p.415)

O crescimento do produto ganhou força a partir de 1968 tendo apenas uma queda de 9,8% para 9,5% em 1969, porém nos anos seguintes o cenário é apenas de crescimento econômico. Pode observar diante da Tabela 5 acima que o produto industrial teve bastante destaque no produto da economia, sendo a variável de maior significância como explicativa

do crescimento, pois a taxa de crescimento cai em 1969 junto com o produto industrial que em 1968 cresceu em 14,2% para 11,2% no ano seguinte.

A pequena retração do crescimento no intervalo de tempo entre 1968 e 1969 não foi maior devido às taxas da agricultura e serviços que mostraram ótimos desempenhos, sendo que, apesar do suporte nos anos iniciais do Milagre, esses setores não eram tão visados como as indústrias. Isso pode ser mostrado nos últimos anos do Milagre que, com a agricultura apresentando taxas inferiores o produto apresentava crescimento diretamente proporcional ao crescimento industrial.

Devido o setor industrial ter sido o principal alvo dos investimentos no período, a agricultura foi perdendo espaço à medida que a indústria retomava o crescimento, tanto que em 1971 o setor teve seu último ano de crescimento, nesse período a agricultura atingiu uma taxa em torno dos 10,2% (Tabela 5 acima) quase igualando com o desempenho industrial.

Apesar do forte crescimento industrial, o Brasil necessitava de infraestrutura para facilitar na expansão dos demais setores, por isso Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997, p. 187) afirmam que:

Em 1968, começava também a recuperação da construção civil. O setor teve taxas médias de crescimento em torno de 15% a.a. Este forte dinamismo da construção civil deve-se à elevação dos investimentos públicos em infra-estrutura, à grande expansão do crédito habitacional por meio de SFH e à retomada do investimento industrial a partir de 1970.

O setor de bens de consumo no geral teve crescimento favorável, apesar de que o setor dos duráveis teve respaldo maior em relação aos não duráveis. Os bens não duráveis não ficaram para trás, demonstrando taxas de crescimento de 9,4% a.a. Essa inferioridade em relação aos bens duráveis foi resultado do modelo optado pelo governo no processo de substituição de importações.

Devido o fato da produção de bens duráveis ter predominado a cadeia produtiva do Brasil no período, precisou ampliar o mercado consumidor para este setor, portanto, Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2007, p. 402) afirmam que “Com isso, afrouxaram-se as políticas de contenção da demanda (monetária, fiscal e creditícia) – exceção feita à política salarial, considerada como elemento de custo”.

Isso porque a inflação passou a ser vista como inflação de oferta, então qualquer razão que influenciasse no aumento de custo era mantido sobre controle, com isso manteve a política do arrocho salarial adotada desde o início do governo militar. Assim a inflação do início do período do Milagre que era de 24,8% em 1968 reduziu para 18,7% no ano seguinte, conseguindo reduzir para 15,5% em 1973, último ano do Milagre (tabela 5 acima).

O interesse no aumento da demanda por bens duráveis fez com que parte da população tivesse melhor renda, através de bons salários e da expansão do crédito, gerando um consumo por endividamento familiar.

Apesar de adotar uma política de substituição das importações, as indústrias necessitavam de máquinas e equipamentos para produção, apesar do crescimento dos bens de capital produzidos no país, este também era inferior à produção de bens duráveis. Devido à inferioridade dos bens de capital verificou-se um aumento nas importações de máquinas e equipamentos. Portanto, a política de substituição de importações foi realizada através de mais importações, ou seja, importava um bem para produzir outros bens.

Mesmo demonstrando taxas de crescimento, o setor de bens intermediários também recorreu a aumentos de importações devido à insuficiência na oferta interna. As empresas estatais ficaram a cargo da produção desses tipos de bens, sendo elas dominantes na produção de energia. O setor de bens intermediários deu as estatais maiores valores na participação econômica, antes vista apenas pelas empresas privadas. Durante o período do “Milagre” esse tipo de produção era vista com pouca importância, sendo valorizada no período pós-choque do petróleo.

Outro ponto notado no período foi o crescimento das exportações que só foi possível por causa do crescimento no comércio exterior e a facilidade nas comercializações. Por outro lado ampliaram-se as importações junto às exportações (Tabela 6 abaixo), devido a necessidade de importar bens intermediários e de capital pela ineficiência da oferta.

Tabela 6 – Balança Comercial: 1968 – 1973

Em US\$ milhões			
Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1968	1.881	1.855	26
1969	2.311	1.933	378
1970	2.739	2.507	232
1971	2.904	3.245	-341
1972	3.991	4.235	-244
1973	6.199	6.192	7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2005, p. 405).

As exportações cresceram, sendo que em 1973 o setor obteve um crescimento aproximado do dobro do ano anterior, sendo de US\$ 3.991 milhões em 1972 para US\$ 6.199 milhões em 1973 (Tabela 6 acima). No entanto, essa taxa crescente das exportações provocou o crescimento da dívida externa, isso porque as exportações amortizavam parte da dívida que segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2007, p. 405) afirmavam que “o volume de reservas existentes em 1973 correspondia a mais de um ano de importações, enquanto o critério utilizado pelo FMI recomendava um volume de reservas equivalente a três meses de importações”.

Apesar do desempenho quantitativo das exportações, houve também resultados qualitativos. As exportações não só aumentaram como se tornaram mais diversificadas em relação aos produtos comercializados, sendo que antes o Brasil uma economia exportadora de produtos agrícolas passou a exportar produtos industrializados, tendo mostrado taxas de 29,7% das exportações no final do período.

O problema é que as importações não reduziram no período, apesar da política de substituir o que antes importava, ainda continuavam importando para manter o PSI, dado que em 1971 e 1972 as importações superaram as exportações como mostra a tabela 6, causando déficit na balança comercial.

A economia apenas teve superávit no ano seguinte em 1973, as importações também estavam em índices tão elevados que o superávit foi apenas de US\$ 7 milhões nesse período. Com isso o endividamento externo aumentou não só pela intensa liquidez existente, mas pela necessidade de poupança externa para financiar os investimentos públicos e privados no Milagre.

Em um termo social pode-se observar o aumento da desigualdade social e uma concentração da renda. A concentração dos salários foi realizada por questões de custos, que uma vez mantida em baixa dava condições das empresas se expandirem sem elevar preços, mas também a concentração teve explicação no destino da demanda por bens duráveis que somente algumas classes tinham capacidade, e por questão do acúmulo de poupança interna.

Os investimentos no período do Milagre cresceram, apresentando taxas elevadas de investimento nas empresas estatais em quase 20% a.a., dando ênfase na participação dessas empresas na economia. Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997, p. 188) afirmam que “no caso das empresas estatais, os investimentos foram assim repartido: setor energético (43% em 1970/73), petróleo e petroquímica (21%), ferrovias (12%), telecomunicações (9%), siderúrgica (9%) e mineração (6%)”.

Com todas essas políticas de crescimento econômico do Milagre, resultou numa economia crescendo a taxas surpreendentes com baixa inflação. Por outro lado os resultados econômicos não deixaram a economia imune a uma desaceleração do crescimento, pois se encontrava pontos de estrangulamento capazes de influenciar o processo inflacionário através da desproporcionalidade que existia entre os bens intermediários e de capital diante dos bens de consumo em geral.

Apesar do fato do Brasil ter preparado a economia para o crescimento e, estabilizado os problemas internos mantendo o controle inflacionário, a economia tinha o setor externo como calcanhar de Aquiles. Portanto, qualquer problema vindo de fora poderia colocar toda uma estrutura econômica de alto crescimento por água abaixo, devido o país ter a dependência do setor externo para se sustentar de máquinas e energia.

4.4 Crescimento econômico forçado

O Milagre Econômico proporcionou ao Brasil um cenário com altas taxas de crescimento com níveis inflacionários sustentáveis e crescimento na indústria como todo. No entanto, com o crescimento das indústrias de bens duráveis, o Brasil era refém do setor externo, pois, uma vez que dependia da demanda de bens intermediários e de máquinas para

alimentar o crescimento industrial brasileiro. Sendo assim, qualquer alteração do setor externo era capaz de conturbar a economia brasileira do Milagre.

Por essa razão a economia do Milagre perdurou até 1973, pois com o aumento do preço do petróleo o Brasil sentiu a pressão da crise externa na economia. Para continuar o processo de crescimento econômico o governo sentiu a necessidade de também dedicar na produção interna dos bens intermediários, assim um novo plano de desenvolvimento foi estabelecido a fim de eliminar qualquer dependência externa, nasce então o II PND.

4.4.1 Crise do setor externo: fim do milagre

O Brasil importava petróleo dos países do Oriente Médio para suprir a produção interna e aquecer a economia com sua política de substituição de importações de bens duráveis. Com isso a economia brasileira era refém da oferta externa de petróleo e de capitais, pois eram produtos com falhas de oferta interna.

Portanto, a crise do petróleo desfalcou a economia brasileira causando o fim de um modelo de crescimento milagroso, pois a crise era um fator externo e a economia estava imune apenas de problemas internos.

A crise do petróleo resultou no aumento do preço do barril que se deu por diversos fatores. Primeiro o fato dos países fornecedores que comercializavam com a influência da moeda americana, que tinham o petróleo como principal produto exportador sofreu consequências na Balança Comercial devido à queda do dólar.

Outro motivo da crise foi a decisão da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), em reunião no dia 21 de outubro de 1973, cortar os fornecimentos de petróleo utilizando como armas de pressão árabe como forma de recuperar os territórios ocupados por Israel (FURTADO, 1988), provocados pela Guerra Árabe-Israelense.

A crise do petróleo afetou bastante a economia brasileira, devido o aumento do preço dos barris as importações se tornaram mais caras. No final do Milagre o Brasil tinha uma produção interna inferior à demanda necessária, causando uma dependência do petróleo externo.

A demanda interna por energia foi resultado do forte crescimento das indústrias automobilísticas no país, provocando uma substituição dos transportes ferroviários e navais pelos rodoviários. Esse aumento de veículos produzido no Brasil veio das políticas de substituição de importações do período pós-Segunda Guerra Mundial, que somados com vários outros produtos industriais produzindo internamente tinha a meta de produzir internamente o que era importado.

A intensa produção industrial principalmente dos duráveis fomentava mais a necessidade por energia, não apenas para fortalecer a produção industrial, mas o consumo desses bens como seria o caso dos veículos automotores e, para fortalecer a comercialização dos produtos através dos transportes que segundo Furtado (1988, p. 185) afirma que “no ano da crise (1973), a participação percentual no transporte de carga, no país, por modalidade de via era: rodoviário – 69,8% (quando em 1948 era de 25%), ferroviário – 19,9%, marítimo – 10,7% e aéreo – 0,1%”.

O aumento do preço do petróleo impulsionou a inflação que estava até 1973 em níveis baixos, pois com o aumento do combustível os preços dos produtos aumentaram de maneira indireta devida o aumento do custo de transporte.

Outro fator que provocou o aumento dos preços internos foi o aumento dos preços das importações dos bens de capital, pois a crise do petróleo foi de impacto mundial causando inflação nos demais países. A inflação dos países elevava os preços dos produtos externos tornando não só caro importar energia, mas também importar máquinas e equipamentos.

A inflação brasileira pós-Milagre foi dada pela oferta, pois o Brasil importava a inflação externa adicionando aos custos de produção provocando uma inflação interna. Com isso o Brasil começava a enfrentar os problemas antes evitados com as políticas internas de crescimento. A inflação chegou a 34,5% em 1974 (tabela 7), aumentando mais do que o dobro em relação ao ano anterior.

Outro problema da crise do petróleo foi o início do desequilíbrio externo na Balança Comercial, que segundo Furtado (1988, p. 186) afirma que “Embora a receita de exportação tenha aumentado 28% em relação ao ano anterior, as despesas de importação elevaram-se 104%, em 1974, causando grave desequilíbrio na balança comercial”.

Portanto, com os desajustes externos a economia brasileira não podia estancar o crescimento, pois os militares tinham o crescimento econômico como razão do golpe militar. A partir de então o Brasil teria que controlar as taxas de inflação evitando que o setor externo piorasse o cenário econômico, portanto a economia tinha duas opções a seguir. A economia poderia decidir adotar uma política restritiva ou adotar uma política de crescimento forçado via endividamento.

Os cenários econômicos do Milagre apresentavam pontos positivos para economia brasileira e não poderia ser interrompido pela crise, portanto o governo decide adotar uma nova política de crescimento que deu início ao segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, chamado de II PND.

4.4.2 A economia do II PND

O Brasil tinha um cenário econômico interno com altas taxas de crescimento, inflação controlada e equilíbrio externo. O equilíbrio externo foi resultado de uma grande capacidade exportadora que o país obteve apesar das elevadas importações geradas pelo modelo de desenvolvimento brasileiro, as exportações se mostravam superiores pelo menos nos primeiros anos (Tabela 6 acima).

A forte dependência da economia brasileira por bens intermediários e de capital do exterior, seria a única fraqueza de um modelo de crescimento puramente planejado. Isso foi provado com a crise do petróleo, pois a economia encontrou dificuldades de crescer com a elevação da inflação internacional causada pela crise.

O desfalque que a economia teve com a crise externa, tornou-se difícil a continuidade de um crescimento expansionista realizado até 1973. No entanto, o método adotado foi o crescimento por financiamento, neste a economia forçaria o crescimento econômico através do endividamento externo, que segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2007, p. 417) afirmaram que:

Essa alteração na estrutura de oferta significava alterar a estrutura produtiva brasileira de modo que, a longo prazo, diminuísse a necessidade de importação e fortalecesse a capacidade de exportar de nossa economia. Assim, quando essa

reestruturação estivesse completa, os problemas da Balança de Transações Correntes estaria superado. Enquanto isso não fosse alcançado, era necessário o financiamento do desequilíbrio externo decorrente do crescimento econômico e da crise do petróleo por meio de empréstimos externos.

Devido à crise externa observa-se na tabela 7 abaixo que o PIB e o crescimento industrial são inferiores comparados ao período anterior, pois segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2007) a economia manteria funcionando em ritmo de marcha forçada. Os projetos do II PND foram financiados pelo endividamento externo, aumentando os níveis de investimentos na economia, sendo que esses financiamentos seriam amortizados pelos frutos gerados das grandes obras do II PND.

Tabela 7 – Brasil: crescimento da produção, inflação e investimento, 1968 – 1979

Ano	PIB	Indústria	Inflação	Investimento
1974	8,2	8,5	34,4	22,8
1975	5,2	6,2	29,4	24,4
1976	10,3	10,7	46,3	22,5
1977	4,9	3,9	38,6	21,4
1978	5,0	6,4	40,5	22,2
1979	6,8	6,8	77,2	23,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997, p. 184).

O desempenho do PIB se deve também pelo fato da economia dar mais ênfase ao setor de bens intermediários, completando o PSI com bens de dependência externa. Portanto, a economia brasileira decidiu focar nas indústrias pesadas e de energias, que duraram anos para conclusão e, os resultados seriam apurados quando estivessem em atividades.

A inflação passou a crescer novamente, saindo do controle atingindo em 1974 uma taxa bastante superior comparado com o ano de 1973. A inflação apresentou pior índice em 1979 marcando 77,2% (tabela 7), ano em que resultou no fim do modelo de crescimento econômico iniciando um período de recessão.

O II PND tinha como missão dar continuidade ao crescimento estabelecido, porém diversificando mais ainda o campo produtivo, dando atenção para as indústrias pesadas de energias e de capitais, sendo uma forma de tornar a política de substituição de importações mais significativa. Portanto, iniciaram-se nesse período obras faraônicas como a

hidroelétrica de Itaipu, como também a criação de novos setores tais como a de papel e celulose.

Para financiar os projetos do II PND a economia precisou de financiamentos externos, pois segundo Furtado (1988, p. 187) afirma que “o II PND previa investimentos anuais correspondentes a 38% do PNB. Contudo a capacidade de poupança nacional era de 28%, a diferença seria captada no exterior, o que realmente se observou mais intensamente, a partir de 1975, quando houve uma sensível queda da poupança interna”.

A economia decidiu financiar o modelo de crescimento por mais endividamento, uma forma de ampliar a poupança total da economia e aumentar os investimentos nos setores que vinham a existir. Com isso pode notar na tabela 7 acima os índices crescentes de investimentos, principalmente nos últimos anos da década de 1970, em que a economia passou a investir de 21,4 em 1977 para 23,0 em 1979.

Com isso as expectativas para o setor de bens de capital esperavam uma redução das importações de 52% para 40%, podendo gerar excedentes nas exportações de aproximadamente US\$ 200 milhões (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JÚNIOR, 2007). Em relação aos insumos, esperavam um aumento na produção reduzindo mais ainda a necessidade de importar.

Durante o período que se estende o II PND, a economia, passou por diversas mudanças estruturais, mesmo com crescimento inferior ao período anterior. Além das empresas estatais, o governo investiu em obras de infraestrutura, tais como rodovias, ferrovias e hidrovias. “A indústria em sua totalidade cresceu 35% entre os anos 1974\79. os principais setores foram o metalúrgico, que cresceu 45%, de material elétrico, 49%, de papel e papelão, 50%, e químico, 48%” (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JÚNIOR, 2007, P. 119).

Com o II PND a dívida brasileira cresceu aceleradamente, somente em 1976 que o país conseguiu acumular reservas. De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2007, p. 120) afirmam que “A facilidade de obtenção de recursos externos está relacionada ao **processo de reciclagem dos petrodólares**, isto é, aos superávits dos países da OPEP que, sem oportunidade de aplicação interna, retornavam ao sistema financeiro internacional”.

Em 1979 a economia internacional enfrentou uma nova crise do petróleo, tornando a economia brasileira incapaz de prosseguir com o modelo de desenvolvimento adotado. O II PND foi o último modelo de desenvolvimento industrial realizado pelo Estado, sendo considerado um marco para o fim de uma industrialização por substituição de importações no Brasil (SANTOS JUNIOR, 2004).

Por outro lado o II PND apesar de ter aumentado o endividamento externo, conseguiu alcançar alguns resultados esperados, como reduzir a dependência externa por energia e ampliar a indústria de bens de capital.

5 ANÁLISES DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS BRASILEIRA DOS ANOS 70, CRÍTICAS AO MODELO

As teorias econômicas foram moldadas a partir das ações dos agentes em um determinado nível de preços, produto e renda, essas teorias são usadas como instrumentos para criar políticas econômicas capazes de atingir algum objetivo esperado.

Se a intenção da economia for de crescimento, as interações das teorias formularam políticas que, com as reações esperadas das variáveis e agentes econômicos, a economia tende a expandir. No entanto, se o objetivo é conter crises econômicas, políticas são formuladas para combater os males econômicos.

De acordo com a macroeconomia, crescimento econômico e crises são diretamente proporcionais, caso não seja um crescimento planejado e equilibrado. Portanto, cabe ao governo decidir os rumos da economia, dado um determinado cenário econômico.

Durante toda história do crescimento econômico brasileiro, com o surgimento do processo industrial, da produção interna dos produtos manufaturados antes comprados do exterior e, por fim, do desenvolvimento econômico brasileiro, observa-se os efeitos esperados pela macroeconomia tradicional.

As análises feitas da economia brasileira até o Golpe Militar é de uma política expansionista, pois, o Brasil adotou uma política de expansão da demanda agregada, e consigo provocou a inflação.

A teoria neoclássica de crescimento pode ser analisada no Plano de Metas. Apesar do excelente modelo de desenvolvimento, um crescimento acelerado no curto prazo impacta no crescimento de um processo inflacionário. Se uma economia cresce os agentes econômicos reagem com a elevação da produtividade, melhores salários, aumento da demanda e assim elevação dos preços da economia. Esses impactos realmente foram observados na década de 1950, a economia cresceu apresentando crise inflacionária.

A economia monetária estuda os impactos na economia com os instrumentos macroeconômicos através das políticas fiscal e monetária. Os períodos de industrialização brasileira obedecem aos conceitos econômicos tradicionais e, os primeiros anos do governo militar não foram diferentes. As metas utilizadas no período que foi considerado como

ajustes do cenário econômico para o Milagre coincidem com a teoria da combinação de choques, tanto que as reações das políticas econômicas adotadas resultam nas respostas esperadas pela combinação.

No início da década de 1960, a economia brasileira encontrava-se em uma crise inflacionária, o governo militar ao assumir adotou uma política monetária e fiscal restritivas ao mesmo tempo. O objetivo da restrição monetária era de elevar a poupança, pois essa variável viria a ser útil para o futuro projeto de crescimento e, limitar o crédito para reduzir a demanda agregada (consumo e investimento), portanto, os juros aumentaram, o produto foi sacrificado, a renda diminuiu e a elevação dos preços desestimulados.

Do lado fiscal, a meta do governo era de reduzir o déficit público, por isso o governo diminuiu os gastos e elevou a receita através dos impostos. Conduzindo a política fiscal dessa maneira, a economia reduziu a demanda agregada e a renda disponível. O consumo sofreu mais uma pressão para baixo, e assim os preços foram estimulados a queda, reduzindo os índices inflacionários.

O processo inflacionário pós Plano de Metas estava desgovernado, a inflação acelerava aumentando a cada período. Se a combinação de choques de um lado freava a inflação estagnando-a, do outro reduzia a taxa de inflação até atingir valores economicamente aceitáveis. De acordo com a teoria da combinação de choques, o lado monetário reduz a renda e os preços devido o corte de liquidez, o lado fiscal reduz a renda e os preços devido o controle do déficit público (ver figura 4.5 acima), portanto a renda e preços são duplamente reduzidos. Se a inflação aumentava a cada período sem controle, o impacto esperado era de que um choque desacelerasse a inflação e o outro a tragasse para baixo.

Durante meados dos anos 60 a economia brasileira sofreu da crise, as pessoas tiveram suas rendas diluídas, o emprego foi reduzido, o crescimento econômico foi estancado, porém todos os efeitos se relacionam com as teorias de combate à inflação. No entanto, a crise era necessária para a estabilização da economia e a retomada do crescimento, pois, a economia sofreu todos os choques e resolveu o problema da elevação dos preços resultando em um novo ciclo de crescimento, por isso que o processo ficou conhecido como “da crise ao crescimento”.

A partir do momento que a economia brasileira estava preparada para a retomada do crescimento econômico, as políticas econômicas do período pós-crise focaram para o crescimento. Apesar dos propósitos das decisões tomadas tenham relações com o modelo neoclássico e da IS-LM, os resultados alcançados começam a distorcer as teorias estudadas por esses modelos.

Segundo o modelo neoclássico de crescimento, no longo prazo a economia cresce estabilizando um novo equilíbrio superior ao anterior (figura 3.3 acima), no curto prazo esse crescimento não leva a um novo estado estacionário, mas sim a um ponto superior ao estado estacionário (figura 3.2 acima). Quando a economia se desloca do equilíbrio no curto prazo, as variáveis econômicas que impactam no equilíbrio da oferta e demanda não está preparada para deslocar para o novo ponto de equilíbrio, portanto, sendo considerado como crescimento insustentável.

A partir desses conceitos de crescimento econômico, a economia brasileira traça metas que contrariam todos os conceitos analisados pela macroeconomia tradicional, propondo aos agentes econômicos reações novas, determinando para variáveis econômicas destinos diferentes. Até os anos 60 a economia demonstra a autenticidade das teorias tradicionais, no entanto, a década de 70 na economia brasileira, a teoria neoclássica e o modelo IS-LM não correspondem por completo com a realidade, assim nasce críticas aos modelos. Cabe verificar até quando a economia brasileira do Milagre correspondeu às teorias e, como essas teorias deixaram de ser completas.

Primeiro o governo obedece à regra da poupança para elevar capital, inicialmente o capital utilizado foi o ocioso, dando tempo de gerar mais poupança, por isso que apesar da elevação dos investimentos logo nos primeiros anos do Milagre, os investimentos realizados não foram tão significantes como os observados posteriormente. O capital ocioso utilizado pela economia no início do Milagre foi resultado do capital investido no Plano de Metas e não utilizado no período de crise, por isso que o produto no período do ajuste econômico não obteve crescimento.

Com a elevação da poupança a economia tem capacidade de adotar políticas expansionistas, tais políticas elevam a demanda por investimento e consumo, fatores primordiais do crescimento econômico. Os resultados verificados correspondem aos

analisados pela teoria neoclássica de elevação da poupança, pois, durante o Milagre Econômico, a economia elevou o produto, capital e consumo por bens duráveis. Até então não há nada de diferente da teoria neoclássica, no entanto, os resultados do crescimento ferem alguns conceitos.

Logo no início temos o estado estacionário de longo prazo sendo estabilizada no curto prazo, a economia durante o curto período do Milagre Econômico não cresceu além do estado estacionário, mas cresceu para um novo estado estacionário. No primeiro caso a economia deveria regredir para o ponto de equilíbrio, como isso não ocorreu, considera-se que a economia encontrou um novo equilíbrio, desconsiderando o conceito neoclássico de longo prazo e admitindo o crescimento equilibrado no curto prazo.

Em seguida a economia brasileira copia a ideologia do Plano de Metas, crescer no curto prazo de tempo, mas consciente dos riscos decorrentes do crescimento acelerado. A economia inicia adotando políticas expansionistas de incentivo ao investimento, portanto, o governo amplia seus gastos com infraestruturas e investimento pesado em empresas estatais, assim passa a dar mais importância a essas empresas (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR 2005). Apesar do peso das estatais, o governo também priorizou o setor privado, por isso diminuiu a carga tributária reduzindo os custos, e adotou políticas monetárias mais frouxas incentivando a tomada de empréstimos para investimento privado.

Analisando na óptica fiscal, o governo facilitou o transporte e comercialização do produto brasileiro através de criação de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Considerando os gastos do governo na infraestrutura e também a demanda por habitação por causa da expansão do crédito, o país incentivou o crescimento da construção civil que, não apenas empregou mais trabalhadores da área, mas aumentou a demanda por material de construção (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR 2005). Os baixos impostos para a indústria proporcionaram a queda dos custos, incentivando o crescimento da produção para cima e dos preços para baixo.

Apesar dos investimentos terem sido baixos no início do período devido à utilização da capacidade ociosa herdada do Plano de Metas, a política monetária foi afrouxada a fim de incentivar os investimentos. A taxa de juros doméstica diminuiu retomando os investimentos nos anos seguintes, no entanto, não só a política monetária

frouxa influenciou, o ótimo cenário externo contribuiu bastante para a entrada de capital estrangeiro, pois, além da baixíssima taxa de juros externos terem sido bastante atrativa, mesmo baixa a taxa de juros nacional era superior à estrangeira, assim impulsionava a entrada de capital estrangeiro e evitava a fuga de capital nacional.

O impacto da política monetária adotada no período foi elevar os investimentos e aumentar o consumo por bens duráveis, já que o propósito da economia era a ampliação da demanda por esses bens e, para concretizar o consumo e os investimentos, o governo facilitou a tomada de empréstimos, assim fica claro o controle de uma taxa de juros mais baixa.

As medidas adotadas pelo governo não deixa dúvida que se trate de uma política expansionista, cujo propósito de ampliar os investimentos, capital, produto, emprego e demanda esperado pela economia do Milagre é diretamente proporcional ao modelo IS-LM de incentivo ao crescimento econômico.

No entanto, se de um lado o Milagre Econômico segue à risca a macroeconomia do crescimento econômico para desenvolver, por exemplo, ampliando poupança, gasto público e reduzindo taxa de juros, por outro lado a economia brasileira dos anos 70 contradiz as teorias econômicas tradicionais para controlar inflação. Por isso que os métodos utilizados para crescer sem inflação criticam os conceitos do modelo IS-LM, assim o modelo de políticas monetária e fiscal tem suas consequências alteradas.

Se uma política expansionista incentiva o crescimento, a política restritiva combate os efeitos da inflação (ver figura 4.2, 4.3 e 4.4 acima), por isso que, segundo estes conceitos, é improvável crescer sem inflação ou combater inflação com crescimento. O Plano de Metas e a crise do reajuste econômico são exemplos dos efeitos estudados pela economia tradicional, por isso que esses períodos, a realidade não contraria a teoria.

O Milagre Brasileiro deixa diversas perguntas à macroeconomia: em como a economia brasileira conseguiu adotar uma política expansionista sem inflação desequilibrada? Como a economia brasileira conseguiu conciliar emprego elevado e inflação controlada desconsiderando a Curva de Phillips? Entretanto, vale lembrar que, as respostas de todas as incógnitas passam a ser analisadas como variáveis que podem impactar na economia.

As políticas monetária e fiscal auxiliaram para a retomada do crescimento econômico, mas dois métodos foram primordiais para a aceleração do crescimento e a

sustentabilidade dos preços. O governo aproveita o ótimo estado financeiro internacional para recorrer a financiamentos externos e, perante as reformas do PAEG adotadas em meados da década de 1960, o governo mantém o arrocho salarial com o discurso de que primeiro o bolo deve crescer para depois reparti-lo.

O crescimento por endividamento acelerou a poupança total da economia brasileira com a inclusão da poupança externa, pois, dessa forma a economia conseguiu no curto prazo auferir uma poupança que conseguiria somente em alguns anos, como defendiam os neoclássicos. Crescer elevando poupança é apenas uma das ferramentas que os economistas neoclássicos deixaram para os países, portanto, o método de elevar a poupança fica a cargo de cada economia desenvolver, por isso que o Brasil tinha como objetivo elevar a poupança na economia, somente assim sabia-se que elevariam os investimentos. Por isso que, além de incentivos à poupança interna, o financiamento externo era o melhor meio de auxiliar um rápido crescimento da poupança total.

No modelo econômico anterior, a economia dá ênfase às multinacionais instaladas no país, no entanto, era investimento externo na produção interna, assim parte dos lucros era retida pelo país da empresa matriz. No modelo do Milagre a economia aproveita os baixos juros externos para financiar as indústrias nacionais, assim de acordo com Kanitz (1994, p. 3) “Estatais e empresas privadas investiam esses recursos a um retorno de 20% a 25% ao ano e a diferença, entre os 3% e os 25%, ficava no país”.

Portanto, os investimentos tanto públicos quanto privados eram financiados via poupança externa, assim a economia não sofria com os danos de uma política fiscal expansionista e, além da oferta de títulos pelo Banco Central, a economia brasileira encontrava nos financiamentos externos uma forte fonte de financiamento do endividamento interno.

O endividamento externo foi usado como alternativa de crescimento econômico, pois o cenário externo favorável, o Brasil encontrou na poupança externa a melhor forma de investir no crescimento econômico brasileiro. Por outro lado crescer não era o suficiente, a economia tinha que preparar métodos para os impactos negativos do crescimento, por isso mantém-se então o arrocho salarial.

A concentração de renda tem sido uma das políticas econômicas que consistiu na economia da década de 70, apesar de toda a contribuição que as demais políticas deram à economia do Milagre, a concentração de renda foi usada para dar suporte às outras políticas e, auxiliou no controle da inflação e do desequilíbrio externo.

A decisão principal para o arrocho dos salários foi a identificação do tipo de inflação, antes a inflação que era dada como de demanda passou a ser considerada como de custos. Portanto, o primeiro passo do governo era reduzir os custos de produção, iniciando pelos custos da mão de obra.

Com a redução dos salários as indústrias incentivaram-se a empregar mais trabalhadores, já que o custo pelo trabalhador estava menor, assim quanto mais operários empregados nas indústrias, maior seria a produtividade do setor e conseqüentemente o produto final. Portanto, quanto mais à economia alcançava o pleno emprego mais achatados eram os salários, sendo que, os salários pagos se tornaram inferior à inflação da época, por esse motivo a população na sua maioria sofreu com a política salarial.

A redução gradativa dos salários resultou na contradição entre a real economia dos anos 70 e a teoria econômica da Curva de Phillips, ou seja, a concentração de renda na economia reduziu a inflação possibilitando no aumento do emprego. Os baixos salários favoreceram para o controle da inflação com a instalação de uma política expansionista, mantendo a elevação do produto, a baixa dos juros, a elevação do emprego e, porém, baixos preços resultado pelos baixos custos e a retração da demanda pela maioria dos trabalhadores que, apenas podiam no máximo consumir o necessário para sobreviver.

Considerando que a economia tenha crescido por causa de uma maior produtividade, a variável renda é impactada pelo efeito da elevação do produto, portanto, os salários elevam aumentando a demanda e os custos, elevando os preços dos bens na economia (ver figura 4.2 A e 4.3 acima). Se os salários são reduzidos nenhum dos efeitos analisados nas variáveis salários e preços de uma política expansionista são verificados, considerando que os impactos são os verificados numa política restritiva, então se pode afirmar que, a concentração de renda seria uma política restritiva dentro de uma expansionista.

Apesar de o arrocho salarial ter reduzido a demanda da classe baixa, o consumo elevou pelo menos os do considerados bens duráveis. O consumo dos bens duráveis não só foram incentivados pela política monetária afrouxada, mas também porque a concentração da renda penalizou apenas a classe mais baixa, para a classe alta o Milagre Econômico foi um período de euforia, já a classe média via sua renda elevar aos poucos.

A classe empresarial foi quem mais ganhou com a concentração da renda, pois tinha seus custos com salários reduzidos e os lucros elevados. A classe média formada em parte por pessoas mais qualificadas e especializadas tiveram ganhos gradativos com a concentração, pois como a economia tinha para o crescimento uma necessidade maior de trabalho qualificado, esses trabalhadores tiveram ganhos nos salários, melhorando aos poucos suas condições de vida. Por fim a classe baixa formada pelos assalariados que, pela concentração foram os que mais sofreram, pois suas rendas eram cada vez mais achatadas quando o emprego elevava.

Diversos eram os motivos que incentivou o governo a manter a concentração de renda adotada no PAEG, primeiro era o incentivo de elevar o emprego e manter a inflação controlada, pois a inflação da época era considerada de custo, então se a renda eleva o emprego seria pressionado para baixo elevando o desemprego (ver figura 4.2 B e 4.4 acima).

Outra razão dada pela concentração era os incentivos para a poupança interna e a demanda por bens duráveis, pois, apesar dos financiamentos externo o governo pretendia aumentar a poupança interna do país, portanto, a classe média e alta tem uma propensão a poupar e, capacidade de consumo de bens duráveis, maior que a classe baixa que, por sua vez consomem toda a renda apenas com bens não duráveis e alimentos.

Por último, a economia na década de 70 tinha uma necessidade maior por mão de obra especializada, pois trabalhadores com maior qualificação tinham a capacidade de gerenciar o crescimento, por isso que a economia ofertava melhores salários para essa classe de trabalhadores que, em suma eram formadas pela classe média e alta. No entanto, o que facilitou a aplicação da política foi a aliança do governo com empresários e, a ausência da pressão dos sindicais.

Apesar de todas as explicações para a economia concentrar a renda tenha sido clara, os resultados alcançados com a política salarial não tinham sido anteriormente

analisados. Por isso a existência em parte do *trade off* entre a teoria macroeconômica tradicional e a realidade dos anos 70, porém dúvidas ficam com a concentração de renda, já que não tinha sido antes considerada para análise de efeitos econômicos. Considerando a teoria da concentração que, é dada pela distribuição de renda diferenciada para trabalhadores diferenciados, desconsiderando a maneira aplicada dada pelo arrocho, em economia é correto considerar o conceito?

A racionalidade do uso da distribuição de renda pode ser explicada por conceitos abordados pelos próprios pensadores econômicos, os clássicos consideram que a taxa de salário pode ser determinado pelo próprio mercado que, segundo Silvia (1991, p. 133) “Essa taxa determinada em situação de concorrência dependia da oferta e da demanda de trabalho e do preço das mercadorias nas quais os salários eram gastos de forma a garantir a reprodução dos trabalhadores”.

O conceito de mercado de trabalho também determina a quantidade de salário pago para o trabalhador, o trabalho é dado como uma mercadoria que, se a demanda é maior os preços são barganhados para cima, se a oferta é maior os preços são pressionados para baixo. De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2005), no caso do “Milagre Econômico” a demanda pelo trabalho especializado era maior do que a oferta, por isso que aumentaram os salários desses trabalhadores, como a classe assalariada era com baixa qualificação e a oferta era abundante e superior à necessária, os salários reduziram.

Considerando o pensamento clássico, outro determinante dos salários é a quantidade de salário necessário para a sobrevivência do trabalhador, o preço do trabalho é dado pela condição do trabalhador de manter suas necessidades ou padrão de vida. A classe média e alta tiveram maiores rendas, pois as necessidades de manter o padrão de vida são elevadas, pois esse padrão de vida inclui a poupança necessária para o crescimento da economia e o consumo pelos bens produzido pela economia na época. Já o trabalhador pobre sua única necessidade é a própria sobrevivência, que de acordo com Smith (1983, p. 93-4 apud SILVIA, 1991, p. 133):

O homem sempre precisa viver de seu trabalho, e seu salário deve ser suficiente, no mínimo, para sua manutenção. Esses salários devem até constituir-se em algo mais, na maioria das vezes; de outra forma seria impossível para ele sustentar uma família e os trabalhadores não poderiam ir além da primeira geração.

Os salários pagos aos trabalhadores assalariados não passavam do suficiente para suas necessidades básicas e, para a reprodução da própria massa assalariada através da geração de famílias. A teoria ricardiana identifica de acordo com Silvia (1991, p. 136) “[...] que afetam os salários efetivamente: a) a oferta e a demanda de trabalho o preço das mercadorias nas quais se gastam os salários”, como os ricos gastavam com bens de elevado poder aquisitivo, por exemplo, bens imobiliários e automóveis, os salários para sustentar esse padrão eram elevados e, a classe pobre despendia apenas com alimentação, não necessitando de muita renda para tal.

O maior problema social era que a reprodução da classe baixa superou os níveis esperado de sobrevivência na economia, as famílias da classe baixa eram maiores resultando na hipótese de que a propensão a consumir desses trabalhadores se tornava superior. Portanto, o nível de pobreza aumentou durante o Milagre, por isso a desigualdade social cresceu bastante com a concentração.

Outro argumento econômico para a distribuição de renda era o tempo necessário para a formação do trabalhador, “Com a introdução desse conceito, Marx sugere uma distinção entre trabalho simples e trabalho qualificado, em função do tempo despendido com a aquisição de qualificação ou de treinamento” (SILVIA, 1991, p. 141). O modelo Minceriano de determinação do salário também considera esse conceito ao testar a escolaridade e percentual de salário, ou seja, a quantidade de anos estudados para aprender exercer tal trabalho determina a quantidade de salário pago. Portanto, um cargo administrativo ou de engenharia que, necessita de capacitação não deve receber o mesmo que um trabalho que facilmente se aprende.

Diante desse conceito, o salário é determinado pela dificuldade do trabalho, quanto mais difícil o trabalho mais o trabalhador despende tempo para aprender a exercê-lo, assim maior será sua gratificação. O contrário acontece quando o trabalho é fácil, pois nessas condições o trabalhador não necessita de muito tempo para qualificação do trabalho, assim menor será sua gratificação, um exemplo é o caso de um médico e um zelador.

Como a economia adotou uma medida expansionista em que, os principais métodos além de elevar o produto, eram aumentar o emprego reduzindo a inflação mantendo

o equilíbrio econômico. Por fim aos conceitos que aprovam a concentração de renda de acordo com Silvia (1991, p. 152) “Assim, em situação de equilíbrio, no curto prazo, para aumentar o emprego, os salários teriam que baixar e os lucros teriam que aumentar, sendo que a diminuição do salário real do trabalhador seria a única resposta para o desemprego”.

Esses argumentos não apenas consideram a concentração salarial como algo normal para a economia da época, como confirma os impactos analisados na sociedade brasileira durante o Milagre Econômico. Para o governo elevar o emprego esperado pelo crescimento econômico mantendo o equilíbrio, os salários deveriam ser arrochados possibilitando acréscimo nos lucros. Portanto, os empresários foram beneficiados, já que poderiam ter mais trabalhadores produzindo a um custo menor e, os pobres desfavorecidos, pois tinham seus salários reduzidos ao mínimo.

Dado o financiamento externo e concentração salarial como políticas responsáveis pelo crescimento econômico e controle inflacionário, a questão do equilíbrio da Balança Comercial com incentivos ao setor exportador, o Brasil adotou políticas de minidesvalorização. A decisão de pequenos ajustes cambiais em curto prazo foi segundo Suplicy (p. 5) “Em vista da inflação contínua a taxas mais altas do que na maioria dos países, não houve necessidade de proceder à valorização durante o período objeto do presente estudo, ou seja, de agosto de 1968 a dezembro de 1972”.

A minidesvalorização proporciona um efeito positivo maior sobre as exportações do que uma desvalorização em longo prazo, pois os efeitos no setor exportador de acordo com Suplicy (1974, p.7):

Supõe-se que o sistema de minidesvalorização deve produzir um efeito estabilizador na produção, nível de emprego e estoque e, portanto, promover maior eficiência. Sob o sistema de desvalorizações pronunciadas, os exportadores, prevendo uma desvalorização próxima, tenderão a manter sua produção em estoque até que o ajustamento se efetive. Justamente após a desvalorização, os exportadores estarão incentivados a produzirem mais e a venderem os estoques acumulados. Enquanto as exportações são estimuladas, o reverso ocorre com as importações, sendo que o que ocorre com as importações produz a venda de produtos nacionais competidores.

Por sinal as exportações nos primeiros anos do crescimento do Milagre aumentaram com os incentivos fiscais da desvalorização, mas de acordo com dados da tabela

6 acima, as importações superaram as exportações em 1971 e 1972 por causa da necessidade de importar bens intermediários para manter a produção interna de bens duráveis, retomando ao superávit somente em 1973, porém com baixíssimo valor.

Cabe lembrar que, a política cambial favoreceu bastante para o crescimento das exportações e para o financiamento externo. A minidesvalorização como desincentivo as importações tem sido um problema no decorrer da crise do petróleo, pois era um bem importado pela economia e, com a elevação do preço do barril, a desvalorização da moeda nacional encarecia os custos de importar.

Por fim, pode-se dizer que as políticas econômicas adotada na década de 70 não só contrariaram algumas regras teóricas, mas promoveu um surto de crescimento no curto prazo de tempo que, diferente do Plano de Metas, tem sido o melhor plano de crescimento econômico que o país já assistiu. O Milagre Econômico conseguiu conciliar políticas expansionistas e restritivas ao mesmo tempo, elevando o produto e controlando o processo inflacionário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desenvolvimento do tema proposto pode-se observar o processo de desenvolvimento e crescimento da economia brasileira, apesar do processo de industrialização ter iniciado em meados dos anos 30, somente na década de 50 o Brasil conheceu o crescimento de um país industrializado. O crescimento econômico brasileiro foi considerado pelo processo de substituição de importações e, financiado pelo setor externo.

Diante dos fatos históricos analisados, a partir da década de 70 o Brasil superou os limites do crescimento econômico, pois, a partir dos relatos desenvolvidos no referido trabalho, a indústria cresceu levando consigo o crescimento do produto da economia. Portanto, o ponto positivo do período foi o fato da economia ter sido capaz de controlar o processo inflacionário que, apesar de elevada em torno de 20% a.a, nem se compara com os níveis observados nos anos anteriores que, na época atingia 90%.

Conclui-se que, mesmo com os resultados positivos da economia brasileira, o modelo de crescimento da década de 70 não difere muito dos conceitos implantados na década de 50. A ambição do crescimento acelerado no curto prazo continuou o mesmo, os ingredientes para alcançar o crescimento esperado eram praticamente os mesmos, porém o que diferenciou foi o fato do conhecimento dos problemas, o que os proliferava e, como atingir o foco da doença.

O maior inimigo da economia em crescimento é a inflação, portanto, políticas são adotadas como medida de combatê-la, ou pelo menos controlá-la. Pelos relatos descritos no trabalho, pode-se dizer que, a economia brasileira tem identificado o tipo de inflação que ameaçava o projeto de crescimento e, assim o governo analisou diante dos conceitos econômicos maneiras de como combater a inflação.

O crescimento econômico eleva o produto resultado do aumento da produtividade, essa produtividade pode ser dada pelo aumento da força de trabalho ou introdução de tecnologias. No entanto, o aumento na produtividade eleva a renda das pessoas e, conseqüentemente o consumo, isso impacta nos preços gerando inflação.

Essas teorias básicas nos dar a oportunidade de entendermos os motivos que levou o governo brasileiro a concentrar a renda e se endividar com o exterior, assim

poderíamos obter resultados diferentes e positivos aos destacados pelas teorias. Elevando a poupança através dos financiamentos externos a economia teria capacidade de impulsionar os investimentos e, concentrando a renda a economia aumentaria a produtividade através do aumento de força de trabalho controlando o consumo e reduzindo os custos.

Essas manipulações nos fazem verificar que, apesar dos conceitos de Solow terem dado ferramentas para criar a fórmula do crescimento e as preocupações advindas deste, a economia brasileira foi capaz de provar que os destinos de uma economia podem ser diferentes por aquela observada pelos neoclássicos. A ação do governo com políticas econômicas internas juntamente com a abertura da economia para o mercado financeiro internacional é capaz de quebrar os conceitos neoclássicos de crescimento, ou seja, uma economia tem capacidade de crescer sustentavelmente no curto prazo, basta mover as variáveis certas no lugar certo.

Perante este trabalho, analisamos como a teoria de crescimento neoclássica funciona e, como a realidade responde ao crescimento. A poupança é considerada como fonte de investimento para o crescimento, portanto, para os neoclássicos esse crescimento só existe no longo prazo, pois somente com o tempo a poupança é acumulada. Conclui-se então que, os neoclássicos deixaram de analisar o mercado financeiro como fonte de poupança, concebendo a economia um crescimento equilibrado no curto prazo.

Outra hipótese que pode ser desconsiderada da economia neoclássica é o estado estacionário, já que Solow defende um deslocamento no longo prazo e que, no curto prazo a economia apenas se afasta do equilíbrio em que a inflação, por exemplo, é fonte de ajuste para o retorno ao equilíbrio. Portanto, a década de 70 rejeita esse ajuste e considera o deslocamento do equilíbrio no curto prazo, desde que haja políticas para descartar “o ajuste”.

A economia tradicional nos faz pensar que, o aumento da demanda força a elevação dos preços, promovendo assim a inflação, porém determinar os bens aos quais queiram ser demandados não eleva os índices gerais dos preços, pois apenas uma parte dos bens produzidos pela economia tem sua demanda manipulada. Podemos observar que o objetivo do governo era ampliar a demanda dos bens duráveis, então os demais bens não sofriam com aumento de preços, já que o consumo da economia elevou apenas nos produtos industriais.

Logo a concentração de renda destacou a manipulação dessa demanda, pois o arrocho dos salários como ficou conhecido, retém a maior parte da renda para as classes superiores, que eram as únicas capazes de demandar bens duráveis e, como essas classes eram minoritárias, a demanda por mais que tenha aumentado nunca superava os limites da oferta, portanto, inflação por demanda a economia não corria riscos.

Perante os fatos, a concentração também proporcionou outros resultados para o estado econômico brasileiro, além de ter sido um método de controle dos custos, a política salarial adotada foi um auxílio para a elevação da poupança interna.

A partir dos esboços históricos analisados, a economia pôde traçar novos conceitos com novas variáveis, não descartando os antigos conceitos, mas apenas acrescentando alguns novos em diversos cenários diferentes. Isso porque chegou a uma observação de que, os modelos adotados não poderiam ser desconsiderados, devido serem reconhecidos por alguns economistas clássicos.

Podemos concluir que, diante dos dados estabelecidos no processo de crescimento dos anos 70, a economia realmente por um dado momento da história estava bem, porém a troca de um grande problema social. Apesar das taxas de desemprego ter baixado, a pobreza aumentou resultado da desigualdade social causado pela concentração de renda. O setor industrial cresceu, a inflação reduziu, o produto teve resultados satisfatórios, com isso a economia parecia andar bem. Portanto, a desigualdade aumentou, os índices destacaram aumento no nível de pobreza, considerando a seguinte filosofia: “A economia vai bem, mas o povo vai mal”.

Podemos considerar que, a economia do Milagre não distorceu as teorias econômicas tradicionais, mas apenas apresentou novos resultados. Os conceitos estudados pela teoria macroeconômica não foram descartados, caso a economia seguisse passo a passo os estudos realizado. As novas mudanças realizadas pelo governo podem promover novas pesquisas econômicas e, assim intensificar em novas elaborações de teorias, pois como já esperado, os agentes corresponderam com as medidas adotadas.

Como já mencionado, o crescimento de 70 seguia a linha ideológica do crescimento de 50, a diferença era que em 50 observamos os efeitos das teorias neoclássicas e em 70 o confronto dessas teorias. A teoria neoclássica e o modelo IS-LM para uma política

expansionista é bastante visível no Plano de Metas, pois como o período foi destacado pela introdução das multinacionais para auxiliar o crescimento no curto prazo, a economia apenas deslocou acima do estado estacionário e regredindo logo para o equilíbrio, sendo o causador da crise dos anos 60. No entanto, os anos 70 a economia cresce com poupança, mas assegura o crescimento sem regredir por uma década, criticando o estado estacionário e o crescimento sustentável no longo prazo, pois a economia desloca e se sustenta no curto prazo, pois, somente com problemas externos, como a crise do petróleo de 1979, que a economia entra em desequilíbrio dando origem nos anos 80 a década perdida.

Apesar de ambas as economias terem naufragadas, concluímos assim que, a década de 50 o fracasso já era esperado, já na década de 70, mesmo contrariando os conceitos e criticando a economia neoclássica, o naufrágio se deu por problemas externos.

Apesar de o modelo ditatorial adotado ter sido usado de exemplo para criticar as teorias econômicas, pelo fato do governo de maneira repressiva ter manipulado as variáveis econômicas conseguindo mesclar políticas expansionistas e restritivas, concluímos que a ditadura militar tem sido o maior erro econômico e social cometido. Pois, apesar do bom desempenho econômico os números estatísticos apresentam apenas que a economia brasileira saiu da crise, mas a crise não saiu da maioria da população, apesar da inflação de forma numérica ter reduzido, o povo na maioria vivia como se a mesma não tivesse nem se deslocado.

Por fim, se considerar apenas os fatos na visão econômica, o cenário ditatorial foi considerado neste trabalho como exemplo de mudança ou melhoramento das teorias, já que existem economias que ainda adotam esse regime, mas este cenário não pode ser considerado como método exclusivo de refutar as teorias, pois economias bastante desenvolvidas com outras formas de governo também são capazes de realizar os mesmos feitos, pois existem economias muito ricas com baixas taxas de desemprego e de inflação. As teorias econômicas apenas precisam analisar a capacidade do governo de manipulação e, o mercado internacional de bens e serviços e de capital, pois crescimento econômico apenas para exibir no ranking de maior potência mundial sem dividir os frutos com a população e assim promover um desenvolvimento social melhor, isso não pode ser considerado crescimento.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Silva Horst. **A questão dos determinantes dos salários na teoria clássica, marxista e neoclássica.** Porto Alegre, 1991. Disponível em <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1404/1768>> acesso em: 20/10/2013
- DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia.** Tradução técnica: Eliezer Martins Diniz. 10. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.
- FURTADO, Milton Braga; **síntese da economia brasileira**, 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. Ltda, 1988.
- GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de, HERMANN, Jennifer; **Economia Brasileira Contemporânea.** Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flavio Azevedo Marques; TONETO JÚNIOR, Rudinei; **formação econômica do Brasil**, São Paulo: Atlas s.a., 1997.
- GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- HILLBRECHT, Ronald. **Economia Monetária.** São Paulo: Atlas S.A, 1999.
- KANITZ, Stephen C. **O Brasil que dar certo: O novo ciclo de crescimento 1994-2005.** 16. ed. São Paulo. Makron Books, 1994.
- SANTOS JUNIOR, José Aldoril dos. **Industrialização e modelos de substituição de importações no Brasil e na Argentina: uma análise comparativa.** Florianópolis, dez.2004. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia296201.pdf>> acesso em: 18/04/2013.
- SINGER, Paul. **A crise do Milagre.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Os efeitos das minidesvalorizações da taxa de cambio sobre as exportações brasileira:** Rio de Janeiro, Nov/Dez 1974. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v14n6/v14n6a03.pdf>> acesso em: 21/10/2013.
- TREVISAN, Ana Lucia. **A política cambial brasileira durante a vigência do acordo de Bretton Woods: 1945-1973.** Porto Alegre, 2004. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5473/000426914.pdf?sequence=1>> acesso em: 05/05/2013.